

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

*A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL NOS
ANOS 70: MODERNIZAÇÃO E
MUDANÇAS NOS AGROS - NACIONAL,
REGIONAL E LOCAL NA ABORDAGEM
DOS JORNAIS DE UBERLÂNDIA, MG*

LUCIANA LILIAN DE MIRANDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

SETEMBRO /1999

1523 S.9
C
244A

2200
LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZA-
GEM DE HISTÓRIA - UFU

A Política de Crédito Rural nos Anos 70: Modernização e Mudanças nos Agros-Nacional, Regional e Local na Abordagem dos Jornais de Uberlândia, MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS
Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Minas)
Av. Universitária S/Nº
Cepo 38400-972 - Uberlândia - M. G. - Brasil

Luciana Lillian de Miranda

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, à Universidade Federal de Uberlândia, sob o orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Centro de Documentação e Pesquisa em
História - CDHIS
Universidade Federal de Uberlândia
Campus Stª Mônica - Bloco 1Q (Antigo Minas)
Av. Universitária S/Nº
Cepo 38400-972 - Uberlândia - M. G. - Brasil

Uberlândia, Setembro de 1999.

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Prof^a. Dr.^a Heloísa Helena Pacheco Cardoso

Prof. Carlos Henrique de Carvalho

"Nos anos 70 cresceu a desigualdade, mas diminuiu a pobreza no campo. Ou seja, os ricos ficaram mais ricos mas os pobres ficaram menos pobres. Isso porque cresceu a renda média dos estratos inferiores da distribuição, apesar de ter havido um crescimento ainda maior de renda dos estratos superiores- ou seja, dos usineiros, dos grandes proprietários rurais, etc. As explicações para esse comportamento passam fundamentalmente pelo fato de que o campo expulsou seus pobres para as cidades, onde foram ser favelados, biscateiros, bóias-frias, etc."

José GRAZIANO DA SILVA. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, p. 183-184.

Aos meus pais, que souberam vencer as piores provas da vida e nos deram as condições para que pudéssemos trilhar os nossos caminhos, respeitando as escolhas individuais.
Dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Laerte e Lucrécia, por todo o amor e carinho dedicados ao longo da minha formação me ensinando valores tão importantes, como: respeito, solidariedade, honestidade, humildade, integridade e persistência. São pessoas imensamente queridas que estiveram presentes nos momentos difíceis, assim como, souberam compartilhar as pequenas conquistas alcançadas ao longo da minha caminhada. Extendo a minha gratidão a toda minha família (irmãos, avós, tios e primos) que sempre me apoiaram com palavras e atos. Não poderia deixar de agradecer ao meu namorado, Rodrigo, que é um grande companheiro. Dividimos os problemas e descobertas vivenciados no período da graduação e a experiência de conduzirmos e nos responsabilizarmos por nossas vidas, distantes das nossas famílias. Sempre generoso e bem-humorado, me ajudou de todas as maneiras possíveis.

Sou grata, ainda, ao meu orientador, professor Wenceslau, que contribuiu efetivamente para o meu crescimento intelectual e pessoal. Agradeço a oportunidade que me concedeu na Iniciação Científica, sendo sua orientanda por três anos e seis meses. Apesar de todas as suas ocupações, conquistadas devido a sua dedicação enquanto profissional, foi sempre atencioso e soube me aconselhar nos momentos oportunos.

Gostaria de registrar, também, os meus agradecimentos aos professores do curso de história que foram verdadeiros mestres, responsáveis pelo alto nível da minha graduação. As discussões e impressões trocadas nas salas de aula alimentaram a minha paixão pela busca do conhecimento.

Devo agradecer aos funcionários e coordenadores do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS) e do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, que foram amáveis e dedicados ao seu trabalho amenizando os desgastes enfrentados no cotidiano da pesquisa.

Por fim, agradeço às minhas colegas de república Simone, Nádia, Sônia e Jussara (que também é minha irmã) pela experiência do convívio coletivo que nos ensina a dividir as coisas, a respeitar a individualidade das pessoas e a enfrentar as contas do final do mês, dentre outras questões importantes. Sou grata, ainda, a minha colega de pesquisa, Sheille, que me auxiliou na digitação desse trabalho, trocando idéias a respeito do mesmo.

Muito obrigada a todos,

Luciana Lilian de Miranda

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	1
<i>1- Referencial Teórico-Metodológico</i>	3
<i>2 - Aspectos Marcantes dos Anos 70: Contextualização Política, Econômica e Social</i>	8
<i>3- O Estado como Agente Modernizador do Agro-Brasileiro</i>	20
<i>4- A Política De Crédito Rural: Histórico, Expansão e Crise</i>	28
<i>4.1 – Um Histórico Sobre o Financiamento Rural no Brasil</i>	29
<i>4.2 – Distribuição dos Recursos Destinados aos Financiamentos Rurais</i>	33
<i>4.3 – A Crise da Fase Expansionista dos Empréstimos Agropecuários</i>	38
<i>5- Crédito Rural nos Jornais Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia, 1970-1979: Uma Representação do Real</i>	41
<i>5.1 – Crédito Rural em Expansão</i>	44
<i>5.2 – Estatização do Financiamento Agropecuário</i>	45
<i>5.3 – Programas Regional e Nacional de Desenvolvimento Agrícola: Polocentro, Padap e Pna</i>	47
<i>5.4 – Modernização do Campo e Consolidação do Complexo Agroindustrial</i>	49
<i>5.5 – Política de Financiamento para o Pequeno Produtor Rural</i>	50
<i>5.6- Esgotamento da Expansão do Crédito Rural</i>	51
<i>5.7- Investimentos no Agro- Brasileiro</i>	52
<i>6- Considerações Finais</i>	54
<i>Bibliografia</i>	57

INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca estabelecer uma discussão sobre a política de crédito rural brasileira nos anos de 1970, recuperando os reflexos da mesma na região do Triângulo Mineiro. Diante disso, procuramos destacar a importância da institucionalização do financiamento agrícola em 1965, que representou o principal instrumento governamental de fomento aos produtores rurais, sendo priorizado pela política agrícola implementada no período. Entretanto, não podemos compreender o grande volume de verbas destinado à política creditícia sem nos remetermos ao projeto de modernização do agro-nacional em andamento desde o início dos anos 60.

Esse projeto visava inserir o campo na nova dinâmica de produção comandada pelo segmento industrial, e no caso da agropecuária pelo setor agroindustrial. Ou seja, somente através de uma agricultura modernizada, que se utilizasse de novas tecnologias (defensivos agrícolas, fertilizantes, adubos, máquinas, etc.), ao mesmo tempo, transformando-se num mercado consumidor das mesmas ou fornecedor de produtos para serem processados pelas agroindústrias, na sua grande maioria representadas por multinacionais, poderia servir aos propósitos do processo de modernização da economia nacional.

Dentro desse contexto, o crédito rural abundante no momento histórico analisado, garantiu os recursos necessários para que os produtores adquirissem insumos modernos e promovessem uma transformação nas relações de produção. Ao lado disso, não poderíamos deixar de apresentar as distorções e falhas da política de financiamento agrícola. As críticas mais ácidas são direcionadas à distribuição desigual das verbas destinadas ao crédito. Esse é um dos problemas, dentre outros, que analisaremos no decorrer do nosso estudo.

Tendo em vista um melhor entendimento da temática proposta dividimos o trabalho em seis partes. A primeira procura relatar de forma sistemática o referencial teórico-metodológico que orientou a nossa pesquisa. Justificando, a escolha do corte temporal e espacial, assim como, das fontes documentais (dois jornais de Uberlândia) utilizadas.

O segundo capítulo visa resgatar aspectos relevantes, ao nosso ver, do contexto econômico, político e social vivenciados pela sociedade brasileira nos anos 70. Para isso, trabalhamos com vários autores que analisam o período. Expusemos de forma rápida alguns dos fatores que influenciaram no golpe de 1964, destacando o modelo de desenvolvimento adotado pelo país, isto é, associado aos segmentos internacionais. Posto isso, nos voltamos para os dois governos militares (Médici e Geisel) cujas medidas implementadas, especialmente em relação ao campo, compõem o nosso objeto de estudo.

A terceira parte, procura evidenciar a importância do Estado como principal investidor e coordenador do projeto de modernização do setor rural. Ressaltamos, ainda, o papel reservado à

agropecuária dentro dos planos governamentais (Metas e Bases para a Ação do Governo, I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND e II PND). É interessante acrescentar, que a disposição de estímulos financeiros para se promover o aumento da produtividade e a introdução de novas técnicas de cultivo ou de tratamento do rebanho encontra-se presente nos três planos.

No quarto capítulo, nos concentramos em analisar questões referentes à política de crédito rural, ou seja, o nosso objeto de estudo. No entanto, não poderíamos fazê-lo de forma isolada, pois devemos entender essa política dentro do contexto econômico, político e social que permeava a sociedade brasileira no período e, nesse sentido, explica-se a relevância da reconstituição feita na segunda e terceira partes dessa trabalho. No que se refere ao crédito, fizemos um breve histórico do financiamento agrícola, desde o "descobrimento" do país até 1980. Posto isso, nos voltamos para a distribuição dos recursos destinados ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) nos anos 70 e, por último, procuramos destacar a crise da fase expansionista dessa política nos três últimos anos da década.

Na quinta parte, nos dedicamos a resgatar como os jornais pesquisados retratam os desdobramentos da política creditícia na região do Triângulo Mineiro e na cidade de Uberlândia, observando como essa temática é abordada pelas nossas fontes. Os jornais, como apontamos nesse capítulo, são "valiosos" enquanto fontes de produção de conhecimento histórico, entretanto, devemos esclarecer que os mesmos apresentam uma dada leitura ou interpretação da realidade, isto é, não a reproduzem de forma integral ou imparcial.

No sexto e último capítulo, fizemos algumas observações gerais e finais acerca das discussões levantadas ao longo do nosso trabalho.

1- REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O trabalho que nos propusemos a realizar e apresentar como monografia para a conclusão do bacharelado em História, tem como principal referência a pesquisa de Iniciação Científica que estamos desenvolvendo há três anos. Essa pesquisa tem por objetivo analisar o processo de modernização do agro-nacional no período de 1960 a 1985 recuperando os reflexos do mesmo na cidade de Uberlândia e na região do Triângulo Mineiro. Ou seja, buscamos compreender o impacto da política agrícola implementada em nível nacional, nestes 25 anos, e que visava exatamente promover a transformação das relações de produção no campo, como forma de incorporá-lo ao projeto de modernização geral da economia brasileira, no agro-regional e local. Para acompanharmos esse processo, foram escolhidos como fonte documental dois jornais locais: *Tribuna de Minas* e *Correio de Uberlândia*. Procuramos, portanto, resgatar a política agropecuária modernizadora na perspectiva desses veículos de comunicação.

O período compreendido entre 1960 e 1985, apresentou profundas transformações na estrutura da sociedade brasileira. No plano político, o país vivenciou o esgotamento do modelo populista, que culminou na deposição do governo João Goulart em 1964 pelos militares. A partir disso, foi implantado o regime autoritário que cassou grande parte dos direitos civis, através da edição dos Atos Institucionais, do controle rigoroso da classe trabalhadora e de qualquer tipo de manifestação popular, da extinção do pluripartidarismo e criação do sistema bipartidário, a censura à imprensa e às manifestações culturais e a institucionalização da tortura, dentre outras arbitrariedades. Em 1974, o governo Geisel acenou com uma proposta de abertura política, devido, principalmente, ao desgaste da imagem do regime militar. O governo Figueiredo, último governo militar, deu continuidade ao processo de abertura "lenta, gradual e segura", decretando a anistia, isto é, o perdão ao crime político¹.

Economicamente, experienciou-se a exploração máxima da classe trabalhadora e os investimentos maciços de capital externo no país, garantindo as condições para o crescimento acelerado da economia entre 1968 a 1973, denominado "Milagre Brasileiro". Com o fim do "milagre", ocasionado grandemente pela diminuição brusca dos financiamentos internacionais, em função da elevação dos preços do petróleo, constatou-se uma grave crise no balanço de pagamentos que se estendeu até o final da década de 70 e perdurou nos anos 80.

Dentro desse contexto, três fatores, ao nosso ver, mostram-se relevantes no tocante às transformações que ocorreram no setor rural e, ao mesmo tempo, justificam a escolha deste

¹ A literatura produzida sobre o período é vasta. Na segunda parte do trabalho citaremos vários autores que analisam as questões apontadas.

momento histórico como objeto de estudo: a urbanização, o crescimento da dívida externa e a afirmação do parque agroindustrial.

A década de 70 foi um marco divisor no que se refere ao êxodo rural. Em 1960, 55% da população vivia no campo, em 1970, esta porcentagem inverteu-se, isto é, 55% transferiu-se para o meio urbano e, em 1980, apenas 35% da população brasileira permaneceu no setor agrícola (estes dados são aproximados). Diante dessa nova realidade, na qual a maioria da população deslocou-se para as cidades, cresceu a necessidade de aumento da produção alimentar². Esta urbanização foi desencadeada principalmente através da extensão da legislação trabalhista ao agro, da utilização de novas tecnologias, da incorporação das pequenas propriedades pelos grandes proprietários de terra, do "fechamento" da fronteira agrícola, dentre outras questões. É importante enfatizar que todas as mudanças do setor encontram-se vinculadas ao processo de industrialização vivenciado pela sociedade brasileira no pós-guerra, que conduziu ao predomínio das atividades urbano-industriais.

Como já dissemos, houve uma entrada maciça de investimentos externos no país, especialmente a partir da segunda metade dos anos 50, uma vez que o modelo desenvolvimentista associado ao capital internacional, que fora adotado, dependia diretamente da poupança externa. Tendo em vista esse quadro de dependência, ao final dos anos 60 e durante os 70, a dívida externa brasileira foi multiplicada diversas vezes. Nesse sentido, com a desaceleração econômica no pós-74, o país precisou elevar as exportações e diminuir as importações, e à agropecuária foi reservado um papel estratégico diante das necessidades impostas³. Era preciso aumentar a produção de gêneros exportáveis e daqueles importados, garantindo também o abastecimento do mercado interno.

Paralelamente ao desenvolvimento do projeto modernizador no agro-nacional, ocorreu a constituição do parque agroindustrial brasileiro, atuando tanto como fornecedor de insumos modernos (sementes selecionadas, adubos, fertilizantes, defensivos, máquinas, medicamentos animais, etc.) quanto como comprador/processador dos produtos agrícolas. O complexo agroindustrial representa um dos principais segmentos associados à modernização do setor rural, assim como, um dos seus maiores beneficiários. Os interesses agroindustriais (a maior parte dessas indústrias eram multinacionais) tornam-se mais influentes junto ao governo, no momento da alocação de recursos, que o dos próprios produtores rurais⁴.

² Sobre a questão dos alimentos, cf. Fernando B. de MELO. **O Problema Alimentar no Brasil: A Importância dos Desequilíbrios Tecnológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

³ Cf., por exemplo, Fernando B. Homem de MELO. "A Agricultura dos Anos 80: Perspectiva e Conflitos entre Objetivos de Política", **Estudos Econômicos**, 10(2): 57-101, mai./ago., 1980.

⁴ Cf., Geraldo MÜLLER, **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989. PAULILLO, M. I. S. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos**. Florianópolis, UFSC, 1990.

É, notadamente, a partir da dinâmica desse terceiro fator que podemos compreender a escolha do nosso objeto de estudo, a política de crédito rural nos anos 70, sendo o mesmo um recorte temático dentro dessa pesquisa maior.

O financiamento agrícola foi fundamental na viabilização do projeto modernizador, ou seja, através das verbas destinadas ao crédito o produtor rural pôde adquirir novas tecnologias, contribuindo, dessa forma, para a consolidação do complexo agroindustrial. O montante de recursos destinados aos financiamentos durante os anos 70, a prioridade conferida a esse instrumento fomentador pela política agrícola governamental, além do relevante papel desempenhado pelo crédito rural dentro da política modernizadora⁵, foram alguns dos elementos que despertaram o nosso interesse em aprofundar a análise em torno desse tema. Ao lado disso, a maneira como os jornais pesquisados retratam os desdobramentos da política de financiamento agropecuário, institucionalizada em 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), na região do Triângulo Mineiro e no município de Uberlândia, influenciou de forma decisiva na nossa opção.

O recorte temporal centrado na década de 70, mais especificamente nos governos Médici (1969-74) e Geisel (1974-79), constitui-se no período onde torna-se possível acompanhar as três fases do crédito rural, no que se refere aos recursos destinados a essa política pelo Estado. Entre 1970 e 1975 os percentuais investidos foram muito altos e crescentes, em 76 e 77 houve uma diminuição nos índices de aumento e os três últimos anos da década apresentam crescimento negativo. Dentro desse contexto, procuramos ainda, observar como foi a distribuição desses recursos entre os produtores rurais, os produtos agrícolas e as regiões brasileiras. Ou seja, tratou-se de uma distribuição igualitária ou discriminatória? Verificando, ao mesmo tempo, como isso aparece nos jornais.

A metodologia utilizado foi a mesma da pesquisa maior, isto é, a realização de leituras acerca do tema em questão, para que pudéssemos adquirir uma base teórica sobre as interpretações formuladas em torno do crédito rural e do projeto de modernização do agro. E, concomitantemente às leituras da bibliografia escolhida, nos reportamos à pesquisa dos jornais. Todos os tipos de publicações (artigos, reportagens, propagandas, etc.) divulgadas por esses veículos de comunicação, e que retratam o setor agropecuário, são lidas e fichadas. O fichamento levanta as informações consideradas mais importantes, de forma resumida. As mesmas são alocadas em uma ficha, cujo modelo pode ser conferido abaixo, ao lado de uma lista dos principais produtos e áreas que auxiliam na coleta dos dados presentes nas matérias:

⁵ Para uma maior esclarecimento dessas questões cf., por exemplo, João SAYAD. **Crédito Rural no Brasil: Avaliação das Críticas e das Propostas de Reforma**. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1984. Mailson F. da NÓBREGA, **Desafios da Política Agrícola**. 2ª ed., São Paulo/Brasília: Gazeta Mercantil/CNPq, 1985.

A Modernização da Agricultura em Uberlândia: aspectos históricos, econômicos e sociais, 1960-1985 - Análise Crítica de Jornais

Jornal: Fornio Cidade: Uberlândia
 Caderno: --- Página: 01 Data: 10/11/98 Espaço: ---
 Título: Processo de modernização agrícola em Uberlândia
 Autor: ---

TIPO		ÁREA	PRODUTO
Editorial ☐	Artigo assinado ☐	Propaganda ☐	Encarte ☐
Edital ☐	Reportagem ☒	Entrevista ☐	Outros ☐

Síntese: Reportagem sobre a modernização agrícola em Uberlândia, destacando o papel da tecnologia e a importância da irrigação para a produção de alimentos.

Data: 29/05/98 Responsável: Luciana

RELAÇÃO DE ÁREAS

TIPO	DESCRIÇÃO
1	MODERNIZAÇÃO
2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
3	AGRICULTURA
4	AGROINDÚSTRIA
5	AGROPECUÁRIA
6	COMÉRCIO PROD. RURAL
7	HORTICULTURA
8	FINANCIAMENTO RURAL
9	PISCICULTURA
10	SUINOCULTURA
11	PECUÁRIA
12	EDUCAÇÃO
13	AVICULTURA
14	SILVICULTURA
15	ARMAZENAMENTO
16	ELETRIFICAÇÃO RURAL
17	CRÉDITO AGRÍCOLA
18	FRUTICULTURA

RELAÇÃO DE PRODUTOS

TIPO	DESCRIÇÃO
1	CAFÉ
2	SOJA
3	ARROZ
4	LEITE
5	FEIJÃO
6	MILHO
7	OUTROS
8	ADUBOS
9	FERTILIZANTES
10	TRATORES
11	IMPLEMENTOS
12	GADO
13	ALHO
14	HORTIFRUTI
15	SUÍNOS
16	CANA-DE-AÇÚCAR
17	PEIXE
18	RAÇÃO
19	FLORESTA
20	ENSINO
21	FRANGO
22	CARNE
23	SILOS/ARMAZÉNS
24	ELETRICIDADE
25	GOIABA
26	VACINA
27	TRIGO
28	DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
29	BANANA
30	MADEIRA
31	ABACAXI
32	EQUINOS
33	TOMATE
34	ALGODÃO
35	TERRA
36	SEMENTES

À medida que surgem novos assuntos sobre o setor agrícola, acrescentamos na relação de áreas e produtos. As fichas confeccionadas são repassadas para o computador, pois dessa forma pretendemos montar um banco de dados para que outros pesquisadores possam recorrer ao material coletado. É possível aproveitar esse dados no desenvolvimento de novos trabalhos sobre o campo, enfocando diferentes perspectivas.

Após a realização dos procedimentos relatados, selecionamos no decorrer da pesquisa, as fichas que tratam de assuntos relacionados ao crédito rural e procuramos direcionar a nossa análise tendo como referência o material coletado.

2 - ASPECTOS MARCANTES DOS ANOS 70: CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL

Antes de adentrarmos na problemática central deste trabalho, isto é, a análise da política de crédito rural nos anos 70, acreditamos que para compreendermos este importante mecanismo de incentivo à produção agropecuária devemos, previamente, estabelecer uma recuperação do contexto político, econômico e social vivenciado pelo país neste período. As medidas governamentais implementadas no campo não podem ser entendidas de maneira isolada, pois encontram-se vinculadas a um modelo de desenvolvimento presente em todas as esferas sociais.

No âmbito político, os primeiros quatro anos da década foram marcados por um endurecimento do regime militar, instaurado no país desde o golpe de 1964. Dentre as principais causas que culminaram no movimento de deposição do presidente João Goulart no final de março de 64, podemos citar a pressão exercida pelos interesses do capital e dos segmentos nacionais associados ao mesmo, junto a setores da sociedade civil e das Forças Armadas. O governo Goulart (1961-1964) representava uma ameaça aos investimentos externos, pois promovera várias restrições aos mesmos, além de ter adotado uma política nacionalista de estímulo ao capital nacional, sobretudo àqueles setores desvinculados do capital estrangeiro.

Após a tomada do poder pelos militares, foi implementada uma estratégia de desenvolvimento associado aos segmentos internacionais e, diante disso, foram elaboradas medidas para atrair os investimentos multinacionais. É interessante destacar, que desde os anos 50 ocorrera a expansão das grandes companhias, mediante a ação dos principais Estados capitalistas. Ou seja, as multinacionais atravessaram todas as fronteiras nacionais em busca de mão-de-obra barata, matérias-primas e mercados potenciais, caracterizando a chamada internacionalização da economia. A partir desse processo, o Brasil inserido nessa dinâmica mundial, entretanto, incorporado à periferia da mesma, viveu um tipo de desenvolvimento centrado na dependência do capital multinacional, do capital nacional associado e do capital de Estado. Portanto, os governos militares concentraram-se em dar continuidade a esta situação de "desenvolvimento dependente"⁶, que fora temporariamente inibida por João Goulart.

Ao lado disso, deve-se dizer que a burguesia nacional sentia-se ameaçada pelos movimentos populares e sindicais em ascensão no início dos anos 60, os quais rompiam com as "amarras" impostas pela ideologia do Estado populista⁷. E, por outro lado, temia pela garantia de seus privilégios, devido às propostas reformistas, dentre as mesmas o projeto de reforma agrária, encetadas por Goulart. Dentro de um contexto de grande instabilidade política e econômica, além da pressão imperialista citada

⁶ Cf., Maria Helena M. Alves. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed., Petrópolis/R.J.: Vozes, 1989, p.19.

⁷ Não é nosso objetivo, nesse trabalho, refletir acerca das características da prática política populista, para maiores esclarecimentos consultar Francisco Weffort, **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

anteriormente, a burguesia nacional mostrava-se insegura em apoiar uma via democrática de governo. A associação ao governo militar constituiu-se, então, uma saída conveniente para as classes dominantes brasileiras, mas no interior dessa união a liderança do processo escapou-lhes das mãos. A opção pelas forças militares para exercer o poder estatal esteve relacionada à necessidade de se apresentar um governo estranho ao povo e à burguesia, pois era preciso garantir um equilíbrio intra-classe e, por isso, não poderia ser nenhum segmento das classes dominantes.

É interessante observar que desde a sua implantação e ao longo dos anos seguintes, o regime militar brasileiro, assim como outros governos ditatoriais semelhantes em vários países da América Latina nos anos 60 e 70, dedicou-se em garantir as condições favoráveis à nova fase de acumulação capitalista. Para viabilizar a expansão do grande capital internacional e nacional, fazia-se necessária a derrubada das barreiras econômicas e políticas, além do esmagamento dos movimentos sociais, isto é, tais medidas não poderiam ser efetivadas dentro de regimes democráticos, diante disso, podemos compreender a inserção dos regimes militares neste contexto⁸.

Após termos feito este breve resgate das relações de poder e interesses presentes no momento em que se estruturou o golpe de 64, nos debruçaremos sobre o nosso recorte temporal: a década de 70.

Ao nosso ver, os primeiros anos dessa década representam o apogeu do modelo de acumulação associado ao capital externo, implementado desde os anos 50 e aprimorado a partir do golpe de 1964. Uma das características marcantes deste apogeu foi o rápido crescimento da economia brasileira sintetizado pela expressão “milagre econômico” e veiculado através da imprensa nacional e internacional. Para que possamos compreender este rápido crescimento econômico temos que recuperar alguns aspectos relevantes na construção do chamado “Milagre Brasileiro”.

Segundo Sônia Regina de Mendonça, o período compreendido entre 1962 e 1967 foi de crise econômica, sendo que a partir de 1964, estabeleceu-se um regime de recessão calculada, considerado fundamental para o restabelecimento do ciclo econômico. O resultado desta recessão calculada seria o conhecido “milagre brasileiro” (1968 a 1973), o qual significou sobretudo a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas nacionais e estrangeiras⁹.

O grande problema do modelo econômico adotado pelos governos militares era a falta de investimentos em volume adequado ao porte da estrutura produtiva. Diante disso, a política econômica do novo Estado deveria promover estes investimentos e, ao mesmo tempo, combater a inflação galopante. A solução encontrada para se realizar o financiamento interno da acumulação foi o arrocho salarial.

Em nome do combate à inflação e do saneamento econômico, foi desenvolvida uma nova legislação salarial e trabalhista em 1965. Com esta legislação visava-se transferir recursos para a

⁸ HABERT, Nadine. **A Década de 70: Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira**. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1994, p.09.

⁹ MENDONÇA, Sônia Regina de. “Estado e Economia no Pós-64”. In: **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 75.

indústria, submetendo os trabalhadores a programas de poupança forçada, assim como, criar um “novo” sindicato que impedisse a organização da classe trabalhadora, além do fortalecimento deste aparelho sindical. Dessa forma, foi institucionalizado o arrocho contra a classe trabalhadora, que teve, entre outras coisas, o seu direito de greve abolido pelo governo. Além dessas medidas, o governo militar soube cultivar uma certa “popularidade”, pois ao fixar tetos para os aumentos salariais favoreceu a classe média e ao estabelecer como base para o cálculo salarial a média dos salários vigentes nos dois últimos anos promoveu uma alteração geral do poder aquisitivo. Ao lado disso, o Estado conseguiu redistribuir os recursos necessários para a manutenção do modelo econômico, favorecendo os estratos de alta renda. Mendonça comenta as conseqüências dessas medidas para a classe operária:

“Mas foi a classe operária aquela mais profundamente atingida. Além disto, como os salários não incorporavam os ganhos de produtividade gerados no período, a concentração de renda foi agravada pela capacidade do governo de comprimir os salários básicos”¹⁰.

Todas essas mudanças empreendidas pelo governo não ocorreram de forma tranqüila, pois a classe operária desenvolveu um Movimento Intersindical Anti-arrocho, as lideranças estudantis estabeleceram uma crítica radical à ditadura e o Estado respondeu com endurecimento e repressão.

A retomada da acumulação no pós-64, pode ser explicada, ainda, pela política intencional do governo de favorecimento à grande empresa. Dessa forma, enfraqueceu-se as empresas de menor porte, através do controle do crédito destinado às mesmas. O privilegiamento declarado da grande empresa, pode ser entendido a partir de dois fatores: a perda da influência política dos pequenos empresários e a ênfase na racionalidade do desenvolvimento:

“Isto significou, por um lado, a construção de uma nova mística que transformava eficiência em sinônimo de grande empresa. Simultaneamente, definia-se uma nova estratégia de relação entre o Estado e os empresários que buscava facilitar a organização e a gestão da vida econômica, baseada no predomínio de poucas, porém grandes empresas em cada setor”¹¹.

É importante destacar também, que o Estado tornou-se um captador da poupança interna nacional, através da poupança compulsória, representada pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), PIS (Programa de Integração Social) e PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). Todos estes mecanismos, destinavam-se a financiar a formação de capital fixo nas empresas privadas, repassado pelas instituições públicas. Ao lado disso, o Estado foi responsável pela produção e redistribuição dos recursos gerados. Por isso, no pós-64 houve uma ampliação do setor produtivo estatal. Entretanto, para se manter o ritmo da acumulação era necessária a elevação dos investimentos em

¹⁰ Ibid., p.77.

¹¹ Ibid., p.80.

siderurgia, química básica e energia. Para isso, as autoridades governamentais recorreram a empréstimos externos e procuraram transformar as Estatais em empresas lucrativas. Uma outra função desempenhada pelo governo, foi a de mantenedor do capital financeiro privado. Para atingir esse objetivo, o mesmo interviu no mercado de capitais através das LTN (Letras do Tesouro Nacional) e ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). Esse tipo de acumulação financeira não se pautava nos ativos das empresas, mas no próprio Estado.

Como já foi dito, o Estado transformou-se no maior tomador de empréstimos no exterior, para promover a acumulação privada. No período de 1962-1973, ocorreu uma grande liquidez no mercado financeiro internacional, que se mostrou favorável para os países do Terceiro Mundo.

Todo esse conjunto de fatores criou as pré-condições para o rápido crescimento da economia brasileira, que atingiu índices recordes no período de 1968 a 1973, denominado “milagre brasileiro”. Segundo Eder Sader e M. Aurélio Garcia:

“O fundamental a reter nestes anos, no entanto, é que eles constituem um período no qual a convergência de vários fatores, dentre os quais a situação econômica e política internacional, fizeram com que o crescimento econômico no país, combinado com o aniquilamento de quase todas as forças de contestação no interior da sociedade brasileira permitissem uma considerável estabilização do regime”¹².

A empresa multinacional desempenhou um papel fundamental no processo expansivo do “milagre”. Os setores industriais mais dinâmicos foram aqueles nos quais a participação destas empresas era mais elevada, tais como: o mecânico, o de material elétrico e o de material de transporte.

De acordo com Moreira Alves, os planejadores da economia, destacando-se no período Delfim Netto, consideravam o setor de bens de consumo duráveis (elétrica, autopeças, veículos e eletrodomésticos) mais adequado ao investimento e controle multinacional e, diante disso, o mais decisivo para as metas globais de desenvolvimento¹³. Esperava-se que a produção de bens duráveis direcionados a um mercado interno limitado, mas em constante enriquecimento, pudesse assegurar as taxas de rápido crescimento industrial necessárias à expansão econômica. Investiu-se maciçamente nessas indústria, especialmente capital estrangeiro:

“O governo chegou a remover milhares de quilômetros de ferrovia (para não mencionar os sistemas urbanos de ônibus elétricos) para estimular o desenvolvimento da indústria automobilística. Os incentivos governamentais conseguiram induzir enorme elevação no nível global de investimentos estrangeiros, que passaram de cerca de US\$11,4 milhões a mais de US\$4,5 bilhões entre 1968 e 1973”¹⁴.

¹² SADER, Eder. e GARCIA, M. Aurélio. “Do Populismo ao Militarismo”. In: **Um Rumor de Botas: a Militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Ed. Pólis, 1982, p. 162.

¹³ ALVES, Maria Helena M. Op. cit., p. 148.

¹⁴ Ibid., p. 148.

A autora ainda chama a nossa atenção para o fato de que a ênfase dada ao setor de bens de consumo duráveis impunha um padrão específico de concentração de renda, entretanto, isto não era considerado problemático para o governo, pois o modelo econômico adotado obedecia a uma diretriz “produtivista”. A posição “produtivista” encontra-se implícita na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a qual representava a base de sustentação ideológica de todos os governos militares desde 64. Segundo a corrente de pensamento “produtivista”, o desenvolvimento não tinha como objetivo imediato promover a melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem visava atender às suas necessidades básicas. A prioridade vigente nesse modelo era dar sustentação para uma rápida acumulação de capital, mesmo que em função disso fosse necessário sacrificar várias gerações. Tendo em vista essa orientação, a política governamental contribuiu para o aumento acentuado da participação das classes mais ricas na renda global, diminuindo a margem das mais pobres¹⁵. Observe a tabela abaixo:

TABELA-1
CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO BRASIL (1960-1976)

População Economicamente Ativa	Quota do PNB por Ano		
	1960	1970	1976
Os 50% mais pobres	17,71 %	14,91 %	11,6 %
Os 30% imediatamente acima	27,92 %	22,85 %	21,2 %
Os 15% da camada média	26,60 %	27,38 %	28,0 %
Os 5% mais ricos	27,69 %	34,86 %	39,0 %

Fonte: **Isto É**, 9 de Agosto de 1979, p. 65.

Através desses dados podemos perceber, como é dramático o contraste entre os 5% mais ricos e os 50% mais pobres, entretanto devemos observar também que uma pequena classe média conseguiu manter e, até mesmo, elevar sua parte na distribuição da renda. Nesse sentido, é possível compreender o apoio desta camada à política econômica do governo.

Apesar da injustiça social presente nos anos do “milagre”, sendo um exemplo gritante da mesma o fato de 52,5% dos assalariados receberem menos de um salário mínimo em 1972¹⁶, o governo Médici (1969-74) procurava alimentar a falácia milagrosa em torno da idéia de que o Brasil era um país próspero e tranquilo e, dessa forma, teria garantido o seu ingresso no mundo desenvolvido. Para reforçar essa imagem foi montada uma grande campanha ideológica de “combate à subversão” e exaltação do progresso e do patriotismo, divulgada através de outdoors,

¹⁵ Ibid., p. 147 a 149.

¹⁶ HABERT, Nadine. Op. cit., p.17.

adesivos de carros, músicas, cartazes, jornais, revistas e TV. Devemos destacar, ainda, que este período de “Brasil Grande” representou a fase mais fechada e autoritária do regime militar:

“Nem o Presidente e nem os ministros prestavam contas de suas determinações seja ao Legislativo ou a quem quer que fosse. O general Médici, em todo o seu governo, deu uma única entrevista coletiva à imprensa e, mesmo assim, lendo respostas e perguntas que lhe foram previamente entregues. Nenhuma autoridade respondia às denúncias de prisões, torturas e assassinatos de presos políticos e comuns”¹⁷.

Entretanto, a crise do petróleo (1973-74) iria desvelar as contradições latentes do modelo econômico. A partir disso, é deflagrada a crise do “milagre”, caracterizada pelo endividamento e o esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo do crescimento.

Um dos principais fatores que contribuiu para o desencadeamento dessa crise, foi a existência de empresas estrangeiras ocupando lugar de relevo na economia do país. Ou melhor, as multinacionais importavam muitos insumos básicos e bens de capital, gerando um déficit na Balança Comercial. Segundo Mendonça:

“A acumulação baseada num círculo vicioso deste tipo somente seria viável enquanto houvesse um fluxo de empréstimos equivalente ao excedente de capitais remetido para fora. Caso contrário, a contradição seria deflagrada”¹⁸.

Foi justamente o que ocorreu, isto é, o aumento dos custos com o petróleo minou as fontes de financiamento internacionais, provocando uma elevação das taxas de juros dos empréstimos externos. Novamente, o processo de acumulação brasileira foi atingido, mas, diferentemente da crise de 1962-64, surgiram novos problemas. Era urgente neste momento que se viabilizasse um “pacote” de investimentos para repor máquinas e equipamentos desgastados ou obsoletos, para que a acumulação pudesse prosseguir.

Uma das alternativas encontradas para a falta de recursos estrangeiros foi o mercado financeiro interno, porém, aproveitando-se da situação, as taxas de juros deste mercado foram elevadas, equiparando-se às vigentes no exterior. Não seria possível recorrer a um novo arrocho salarial para tentar amenizar o impacto da crise, já que os trabalhadores vinham sendo explorados intensamente a dez anos sem interrupção.

Dentro desse contexto, por volta de 1973, surgiu o chamado “novo sindicalismo” brasileiro, que através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo verbalizou a crítica à política social e trabalhista do regime autoritário. O “novo sindicalismo” propunha a abolição da

¹⁷ Ibid., p.25.

¹⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. Op.cit., p. 84.

intervenção estatal nas questões trabalhistas, defendendo que as negociações salariais fossem realizadas diretamente entre sindicatos e empregadores¹⁹.

Em meio a essa conjuntura, o Estado através da sua política econômica, procurou diminuir o déficit do Balanço de Pagamentos por intermédio da redução das importações de bens de capital que eram altamente dispendiosas. Diante disso, houve um reordenamento nas prioridades do desenvolvimento econômico nacional via implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado no início da gestão Geisel (1974-79). Esse plano tinha como principal estratégia a substituição do setor industrial de acumulação. Ou seja, o governo deixou de investir no setor de bens de consumo duráveis para priorizar o setor de bens de produção.

Apesar do contexto de crise, o II PND previa altas taxas de crescimento econômico e controle da inflação, além do investimento em grandes projetos: Itaipu, Ferrovia do Aço, programas para fontes alternativas de petróleo (Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental e o Programa Pró-Álcool). Entretanto, várias metas previstas no plano governamental não foram atingidas. Na segunda metade dos anos 70, as taxas de crescimento caíram de 9,8% em 1974 para 4,8% em 1978. A dívida externa aumentou de 12,5 bilhões de dólares para 43 bilhões no mesmo período. As importações ao invés de diminuir, continuaram aumentando e a capacidade de pagá-las reduziu-se. As taxas de juros internas subiram, assim como cresceram os gastos e o déficit públicos²⁰.

Segundo Mendonça, o II PND enfrentou obstáculos concretos, os quais inviabilizaram a sua efetivação²¹. Primeiramente, a definição de um novo centro industrial a ser privilegiado pelos benefícios do Estado desencadearia uma alteração da correlação de forças no interior do pacto de poder. Os recursos financeiros disponíveis foram aplicados nas áreas de siderurgia, hidrelétrica, química básica e minério, portanto, desviados do setor de bens de consumo duráveis. Ao lado disso, o Estado restringiu o crédito direto ao consumidor, como forma de diminuição do consumo de bens duráveis e atrofiamento do capital de giro do setor.

Em segundo lugar, a conjuntura internacional não acenava para a possibilidade de financiamentos, pois atravessava um período de crise econômica. Ou seja, os financiamentos dos grandes projetos recairiam sobre os bancos oficiais, gerando um maior controle do Estado em relação ao capital financeiro. Essa medida contrariava os interesses dos banqueiros. Uma outra questão em pauta, era a definição de novos pólos industriais para a implantação dos projetos previstos. Contudo, seriam beneficiadas novas regiões, o que desencadearia uma resistência política do Sudeste.

¹⁹ Para maiores informações, conferir Maria Hermínia T. de Almeida. "O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança". In: Bernardo Sorj e Maria Hermínia T. de Almeida (org.). **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 191- 214.

²⁰ HABERT, Nadine. Op. cit., p. 42.

²¹ Cf., Sônia Regina de Mendonça. Op. cit., p. 86.

Para além disso, é necessário esclarecer que o país atravessava uma grave crise econômica, cujas origens remetem à especulação do mercado financeiro. As transações especulativas (open market e overnight) causaram uma ampliação da dívida interna do governo e o aumento vertiginoso dos índices inflacionários.

As conseqüências econômicas do II PND podem ser apontadas a partir do fracasso de se alterar o setor de acumulação industrial, preservando as taxas de crescimento. O contexto estimulou a expansão do setor financeiro, que passou a disputar recursos com o setor da produção, desestruturando o plano econômico estabelecido anteriormente. Da perspectiva política, as medidas implementadas pelo governo se opunham aos interesses de várias frações de classe que constituíam o pacto do poder. O reordenamento das linhas de crédito e subsídios para o setor de bens de produção desagradou os outros setores da burguesia industrial. As frações da burguesia “desprivilegiadas” pelo Plano desviaram os seus recursos para as transações financeiras de curto prazo (open market e overnight), impossibilitando as reinversões produtivas. O segmento mais beneficiado pelas medidas governamentais foi o setor nacional privado de bens de produção, o qual obteve um crescimento de 31% entre 1969 e 1976 e, conseqüentemente, fortaleceu-se política e economicamente.

Em 1976, o governo optou por uma desaceleração da economia, entretanto, sem definir quais grupos sociais seriam prejudicados com a crise. A prioridade era retomar a tentativa de conter as altas taxas de inflação, que não obtivera êxito em 1975. Para isso, foram adotados instrumentos monetários mais eficazes, para se promover uma política monetária efetivamente contracionista. Entretanto, em março, liberou-se as taxas ativas de financeiras e bancos de investimento. Somente em setembro, foram estabelecidos controles sobre as taxas de juros dos bancos comerciais. Ao lado disso, procurou-se exercer um maior rigor sobre os empréstimos do Banco do Brasil. Contudo, na prática, houve uma expansão dos empréstimos ao setor privado a mais de 55% no ano. Dessa forma, os instrumentos de controle de preços foram novamente sobrecarregados²². Essas medidas geraram fendas no pacto de dominação consolidado com o golpe. Ou seja, apresentava-se uma situação de divergência de interesses entre capital bancário e industrial. Os segmentos vinculados ao capital bancário queriam manter os seus privilégios junto ao Estado, garantindo altas taxas de juros internos e a manutenção de postos estratégicos na máquina estatal. Já o setor industrial voltou-se contra a espoliação do capital produtivo pelos bancos.

Dentro desse contexto, surgiram outras dissidências entre as classes dominantes. O capital estrangeiro tinha interesses opostos aos de alguns setores do capital privado interno. O primeiro procurava drenar recursos para o setor de bens de consumo duráveis e, dessa forma, garantir a

²² CARNEIRO, Dionísio Dias. “Crise e Esperança: 1974–1980”. In: Marcelo de Paiva Abreu (org.). **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996 pp. 295-322.

importação de equipamentos. Ao mesmo tempo, o segundo reivindicava um bloqueio aos competidores externos e garantias de mercado e readministração dos gastos públicos. O setor agrário, que constitui o nosso objeto de estudo, lutava pela manutenção dos subsídios do Estado para financiar suas exportações.

Apesar de todas essas divergências entre os setores das elites, os quais se posicionaram em desacordo com o Plano Governamental, o eixo da política econômica culminou na desaceleração da economia em 1979, como nos indica Mendonça:

"a premissa da política econômica concentrou-se na desaceleração 'a sangue frio' da economia: o fim dos incentivos e financiamentos à produção industrial, à exportação de manufaturados e até mesmo aos bancos. As tensões no seio da classe dominante eclodiram..."²³.

Ao lado do descontentamento das classes dominantes, as classes trabalhadoras também foram prejudicadas com a queda das inversões produtivas, o que desencadeou uma onda de desemprego. A resposta das camadas trabalhadoras à exclusão social e política que lhes foi imposta pelo regime militar foi o ciclo grevista de 1978-79, o qual repercutiu nacionalmente:

"Em maio (1978), era a classe operária que imprimia a sua marca no rumo dos acontecimentos com a greve do ABC (SP), que logo iria proliferar, desdobrando-se num movimento impetuoso que se estendeu a um sem-número de categorias e que somente dois anos mais tarde seria domado. Finalmente esse figurante incômodo, não convidado, entrava em cena e ocupava o seu lugar. 'Braços cruzados, máquinas paradas'..."²⁴.

Todas essas manifestações de descontentamento com o governo militar, portanto, apontam para a decomposição do pacto de dominação: setores da burguesia acenam com a retirada de seu apoio ao regime militar; simultaneamente, as forças populares constituem-se enquanto oposição ao governo e conquistam o seu espaço político.

Nesse momento, a centralização autoritária começa a ser questionada e criticada. O governo militar, em 1964, comprometeu-se em conter a inflação, acabar com a corrupção, desestatizar, diminuir as desigualdades, crescer e controlar a dívida externa. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 70, enfrentava-se um endividamento externo e interno, além do aumento das taxas inflacionárias e da corrupção pública.

Segundo Carlos Estevan Martins, as dificuldades enfrentadas pelo Estado, nesse período, estiveram vinculadas aos problemas de execução do projeto associado internacional-modernizador²⁵. Não houve uma integração entre a modernização das relações internas e as externas. Ou seja, a recomposição da estrutura do capital a favor do setor monopolista-internacional deveria corresponder à reordenação da estrutura do comércio internacional, modificando as relações

²³ MENDONÇA, Sônia R de. Op.cit., p. 92.

²⁴ Cf., Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevan Martins. "De Castelo a Figueiredo: uma Incursão na Pré-História da 'Abertura' ". In: Bernardo Sorj e Maria Hermínia T. de Almeida (org.). **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983, p. 59.

²⁵ Martins, Carlos Estevan. **Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977, p. 232.

tradicionais de intercâmbio. Isto não ocorreu e, como consequência, o processo de industrialização dependente-associado, teve que se apoiar no mercado interno, para dar continuidade ao seu crescimento.

Ao lado disso, apresentavam-se divergências entre os segmentos da burguesia nacional, além da eclosão dos movimentos sociais populares, descritos anteriormente. A cada período de crise vivenciado pelo país, o governo autoritário enfrentava dificuldades em se legitimar. Nesse sentido, durante o governo Geisel essa situação parece ter se tornado insustentável e, dentro desse contexto, é lançada a proposta de “abertura lenta, gradual e segura” do regime. Concretamente, esta proposta garantiu uma sobrevida para o sistema autoritário:

“Era necessário encontrar uma nova base de legitimidade, estreitamente vinculada a instituições corporativas flexíveis o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico. A teoria da ‘distensão’ pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica. Associando-se a níveis mais elevados mas sempre controlados de participação política, os planejadores do Estado intentavam erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição”²⁶.

Geisel compunha a ala dos Castelistas (referência a Castelo Branco, 1964-1967) dentro das Forças Armadas. Este grupo (dentre eles, Golbery do Couto e Silva, Otávio Costa, Reinaldo de Almeida, Dilermando Gomes, além do próprio Geisel) não apoiava os rumos autoritários tomados pelo regime. A opção pelo autoritarismo gerou contradições no interior do Aparelho Militar. Diante disso, ou melhor, das proporções assumidas por essas divergências internas, os castelistas acreditavam que seria indispensável o encaminhamento do retorno programado e seguro (distensão: “lenta, gradual e segura”) das Forças Armadas às suas atividades constitucionais, deixando de exercer diretamente o poder do Estado²⁷. O autoritarismo reforçou-se a cada conjuntura de crise, embora houvessem resistências, ainda que difusas ou organizadas, no interior do Aparelho Militar. Segundo Oliveira, estas resistências não são muito conhecidas devido à censura vigente até o final do Governo Médici (1969-1974)²⁸.

Inicialmente, os militares que conceberam a política de distensão agiram de forma autônoma no que se refere aos movimentos sociais, inclusive daqueles que defendiam os ideais democráticos opondo-se à ditadura militar. As associações representativas da grande burguesia apoiavam a continuidade do autoritarismo, pois dessa forma garantia-se a situação de controle repressivo em relação aos movimentos sindicais e aos partidos clandestinos.

Os setores sociais da classe média tenderam a apoiar passivamente o regime militar, tendo em vista as oportunidades que o crescimento econômico lhes proporcionava. Ao lado disso, algumas

²⁶ ALVES, Maria Helena M.. Op. cit., p. 185.

²⁷ Cf. Eliézer Rizzo de Oliveira. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas/SP: Papirus, 1994, p. 25-26.

²⁸ Ibid., p.29.

entidades relevantes no cenário político brasileiro, tais como a Igreja Católica, o Ordem dos Advogados do Brasil e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, lutavam pela reconstrução democrática, apesar da violência imposta pelo Estado militarizado.

Na perspectiva de Oliveira, as contradições existentes entre o aparelho militar e o regime autoritário foram determinantes para o projeto de distensão política. Nesse sentido, o autor aponta como uma das primeiras contradições, ainda durante o governo Castelo Branco, a constituição de um campo de conflito entre a Presidência da República e o Ministério do Exército, instância responsável pela função repressora do Estado. O autor ressalta a conquista de espaços decisórios pelo aparelho repressivo, tanto no interior da corporação quanto no regime político²⁹.

De acordo com Alfred Stepan, para entender o equilíbrio de forças que Geisel e Golbery enfrentaram quando iniciaram a abertura, é necessário enfatizar que não existia qualquer evidência da proposta de distensão quando Geisel foi escolhido para o mandato presidencial. Diante das entrevistas feitas pelo autor com Geisel e Golbery, pode-se afirmar que nenhum dos dois vislumbravam uma democracia sem restrições³⁰. Diferentemente disto, a estratégia de distensão no que se refere ao ritmo seria “lenta, segura e gradual”. Entre os seus objetivos constava a saída do autoritarismo, mas sem haver definido o ponto de chegada, retardando ao máximo as eleições diretas para governador e presidente, assim como a superação das leis autoritárias³¹. É interessante destacar, ainda, que Oliveira assume uma posição diferente de Stepan, ou seja, para este primeiro autor, havia uma intencionalidade em relação ao projeto de distensão³².

Para Oliveira, o grupo Castalista articulou um conjunto de ações políticas durante o Governo Médici visando assumir o poder com a posse de Ernesto Geisel. Mas, o encaminhamento da abertura controlada, só se tornou possível diante da postura do General Geisel, que concentrou em si os poderes militares e políticos (Chefe de Estado, Chefe do Governo e Comandante das Forças Armadas), conquistando algo que os seus antecessores não haviam conseguido. Dentro desse contexto, a primeira atitude tomada em função do abrandamento dos mecanismos de controle político foi o relaxamento seletivo da censura prévia da imprensa. Esta “abertura” em relação à censura nos auxilia a compreender o ressurgimento de temas proibidos até o dado momento, como é o caso da retomada das discussões sobre a reforma agrária nos jornais pesquisados (*Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia*).

²⁹ Ibid., p. 34-35.

³⁰ STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 45.

³¹ OLIVEIRA, Eliézer R. Op. cit., p. 58.

³² Ibid., p. 67.

Um outro passo considerado prioritário para estabelecer laços com a sociedade civil, consistia em promover uma aproximação entre a Igreja e o Governo. Primeiramente, porque havia uma crítica crescente da Igreja ao regime. Em segundo lugar, a Igreja representava uma importante aliada na luta contra a repressão. Devemos compreender que Geisel tinha interesses ao estreitar relações com a sociedade civil. Ou seja, ele fez uso consciente da construção de pontes com a sociedade civil para enfrentar os militares extremistas (“linha dura”)³³.

Após termos feito várias considerações acerca do projeto de distensão gostaríamos de ressaltar algumas reformas do regime autoritário implementadas no governo Geisel: revogação dos Atos Institucionais e Complementares (17/08/78), assim como extinção da pena de morte, do banimento e da prisão perpétua (29/11/78). Inclusão da figura do Estado de Emergência, na Constituição de 1969, vigorando a partir de 1º de Janeiro de 79. Em 31 de Dezembro de 1978, deixou de vigorar o AI5. A criação do Estado de Emergência visava impedir atividades subversivas e concentrava todo o poder de decisão “nas mãos” do Presidente³⁴.

Ao nosso ver, a aprovação desta medida, apesar da revogação dos Atos Institucionais, da pena de morte entre outros, conservou a face autoritária do regime. Geisel legou ao presidente Figueiredo a continuidade do processo de distensão, o qual conduziria à oportunidade para um realinhamento interno do aparelho militar, isto é, uma correção da rota e o preparo para novas funções.

Tendo em vista a fragilidade do pacto de poder vigente, o setor agrícola organizou-se para a defesa dos seus interesses. Mas, o segmento que possuía maior poder de influência junto ao Estado são os representantes do complexo agroindustrial e não os produtores rurais. Esse grupo “lutava” pela garantia de recursos para a modernização e desenvolvimento do setor rural com o objetivo de aumentar suas possibilidades de acumulação. Estas questões serão melhor analisadas no próximo capítulo deste trabalho.

³³ Conferir, Alfred Stepan. Op.cit., p. 50.

³⁴ Conferir, Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevan Martins. “De Castelo a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da ‘Abertura’”. Op. cit., p. 60.

3- O ESTADO COMO AGENTE MODERNIZADOR DO AGRO-BRASILEIRO

Para compreendermos a importância do Estado em relação ao conjunto de transformações ocorridas no campo a partir de 1965, é preciso que retomemos um pouco às relações políticas, econômicas e sociais no interior do mesmo. Nesse sentido, a ação desenvolvida pelo governo militar encontra-se vinculada à integração da agricultura ao modelo de desenvolvimento associado ao grande capital monopolista. Essa integração ocorreu dentro dos moldes gerais da expansão da produção agrícola para o mercado interno e externo, garantindo a manutenção de baixos custos na reprodução da força de trabalho urbano e o aumento do montante de divisas. Dessa forma, poder-se-ia manter as importações de insumos e maquinarias, imprescindíveis para a expansão do parque industrial. Na agropecuária, a acumulação centrou-se no desenvolvimento de um complexo agroindustrial liderado pelas grandes empresas estrangeiras e pela correlação de forças sociais no campo, extremamente favoráveis aos grandes proprietários.

Dentro desse contexto, o Estado foi o principal agente modernizador do agro-brasileiro, com o objetivo de inseri-lo no novo circuito produtivo comandado pela agroindústria de insumos e processamento de matéria-prima. Ao mesmo tempo, desempenhou o papel de estabilizador entre as necessidades do mercado interno e a pressão do mercado externo, além de ter sido o gerador das condições infra-estruturais primordiais para a expansão do conjunto do setor rural³⁵.

O crédito rural foi o principal combustível adotado pelas autoridades governamentais para promover a transformação das relações de produção no agro- nacional. Antes de falarmos dos aspectos relacionados à política creditícia é necessário uma análise do projeto modernizador e do papel reservado ao agro- brasileiro dentro dos planos governamentais.

Até meados dos anos 60, o agro- brasileiro conservava relações arcaicas de produção, destoando do desenvolvimento industrial e do crescente processo de urbanização, assim como, não atendia às necessidades de crescimento do mercado interno. Esta desigualdade entre o desenvolvimento urbano e o rural representava uma barreira para a modernização do conjunto da economia do país. Dentro desse contexto, os governos militares (a partir do golpe de 1964) empenharam-se em modernizar o setor rural mediante a coordenação e o financiamento do Estado.

Segundo Graziano da Silva, não podemos deixar de perceber esta modernização como um processo de desenvolvimento do capitalismo no campo representado pela industrialização da agricultura:

³⁵ Cf. Bernardo Sorj, *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 68-69.

“...é com a industrialização da agricultura que as limitações impostas pela Natureza vão sendo superadas enquanto barreiras à produção agropecuária: é como se o homem passasse a ‘fabricar’ as terras necessárias através da utilização das técnicas que desenvolveu (irrigação, drenagem, máquinas, fertilizantes, etc.) e das relações que se estabelecem entre os vários agentes sociais da produção”³⁶.

Paralelamente à introdução de modernas técnicas produtivas, ocorreu a expansão do complexo agroindustrial que representou um dos principais segmentos associado ao projeto modernizador. No final dos anos 50, efetivou-se a instalação de várias indústrias de insumos agrícolas no país (indústria de tratores, máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, etc.). Dessa forma, o setor deixou de ser apenas um mercado de bens de consumo, para transformar-se num mercado de meios industriais de produção, seja como comprador de certos insumos ou vendedor de outros.

Portanto, a modernização ou industrialização da agricultura brasileira significou para além da introdução de novas técnicas produtivas, a subordinação do setor rural aos interesses do capital industrial e financeiro. Esta modernização é denominada por vários autores de “dolorosa”, “desigual” e “conservadora”, pois não houve qualquer mudança na estrutura agrária marcada pela concentração de terras. Pode-se dizer ainda, que o grau de concentração aumentou a partir dos anos 60. E, ao lado disso, somente os grandes proprietários tiveram acesso aos benefícios proporcionados pela mesma, principalmente no que se refere ao crédito rural.

Apesar desse caráter excludente, é importante dizer que houve uma transformação interna nas relações de produção, permitindo que a agricultura atendesse às necessidades da industrialização. Primeiramente, através do aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador, pois investiu-se e deu-se prioridade aos produtos de exportação. Ao lado disso, houve uma integração maior da agricultura ao circuito global da economia, à medida que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial³⁷.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, apesar da perda de posição do setor agrícola enquanto principal fonte de financiamento para o desenvolvimento industrial desde 1930, a agricultura continuou garantindo os seus privilégios junto ao Estado. Entretanto, não podemos pensar que existia um conflito estrutural entre esses dois setores no Brasil, pois significaria admitir que a acumulação estaria centralizada somente no setor urbano-industrial. A fração ou aliança de frações da classe vencedora, no caso pertencentes à burguesia industrial, detém grande parte do poder, controla a distribuição dos privilégios e centraliza as decisões, mas não de forma absoluta.

³⁶ GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.45.

³⁷ Ibid., p. 47.

Ou seja, o Estado enquanto guardião do sistema capitalista, não permite que isso aconteça. As possibilidades de acumulação encontram-se garantidas, também, para a agropecuária, embora não apresentem a mesma intensidade da indústria. Percebe-se, então, uma relação de integração e não de antagonismo entre a agricultura e a indústria³⁸.

Através dessas considerações, gostaríamos de ressaltar o fato de que a política agrícola desenvolvida pelo governo brasileiro no pós-64 visava, sobretudo, manter inalteradas as formas de acumulação dominantes, conciliando interesses divergentes entre setores que disputavam o controle dos principais fatores econômicos. Promoveu-se a modernização de grande parte do setor rural, aumentou-se a produção e a produtividade sem alterar os padrões de acumulação. Tendo em vista um melhor entendimento dessas relações, vejamos as implicações dos planos de governo no agrom nacional na década de 70, nas gestões dos presidentes Médici (outubro de 69 a março de 74) e Geisel (março de 74 a março de 79).

Nesse período, foram lançados três planos governamentais: Metas e Bases para a Ação do Governo (1970 a 73), I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND (1972 a 74) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 a 79).

Segundo Gonçalves Neto, o plano Metas e Bases para a Ação de Governo, lançado num contexto de crescimento econômico (“Milagre Brasileiro”) e índices inflacionários mais baixos, concentrou as suas “intenções” em torno do progresso social e da distribuição de renda³⁹. No que se refere à agropecuária, o plano previa uma “Revolução na Agricultura e Abastecimento”:

“...dotar a Agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços...transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais; efetivar a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas, notadamente nos grandes centros urbanos”⁴⁰.

Ao lado disso, previa-se também, a ocupação de espaços vazios no Centro-Oeste (na zona dos Cerrados), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste, aliada à realização da reforma agrária em áreas onde o sistema de propriedade da terra representasse um obstáculo ao aumento da produtividade e à melhoria das condições de vida do trabalhador rural⁴¹.

Diante dos objetivos citados acima, o plano previa importantes realizações para os anos de 1970 a 73, tais como: efetivação de investimentos e aplicações do governo federal em programas de apoio ao desenvolvimento agrícola, introdução de novas tecnologias no setor rural para a

³⁸ GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997, p. 121-122.

³⁹ Ibid., p. 89.

⁴⁰ BRASIL. Presidência da República, **Metas e Bases para a Ação de Governo**. Brasília, 1970, p. 89.

⁴¹ Ibid., p. 89.

transformação da agricultura tradicional, expansão da área de colonização e prosseguimento da política de defesa de produtos de base (café, açúcar, cacau, algodão, etc.), para preservar a geração de divisas, e desenvolvimento acelerado da pecuária⁴².

Em 1971 foi divulgado, publicamente, o lançamento do I PND, considerado mais complexo que o Metas e Bases, principalmente devido à continuidade do mesmo dentro do planejamento governamental através do II e do III PND. Vejamos algumas das prioridades apontadas no plano: expansão da siderurgia, implantação de pólos petroquímicos básicos, aperfeiçoamento do sistema de comunicação central, organização e modernização dos corredores de transportes, implantação da indústria de construção naval, expansão da produção de energia elétrica e desenvolvimento da indústria básica de mineração.

Ao lado disso, o I PND visava atingir um crescimento anual de 7% na agropecuária por intermédio de uma dada estratégia. Primeiramente, via desenvolvimento de uma agricultura moderna e de base empresarial no Centro-Sul, na qual os produtos atingissem condições competitivas no mercado externo. Paralelamente a esta meta, o plano tinha por objetivo modernizar as estruturas de comercialização e de distribuição dos produtos agrícolas, por meio da construção de corredores de transportes nos principais portos e, através, da instalação de um Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento⁴³. Constava ainda na política agrícola do I PND: incentivos fiscais e financeiros como estímulo ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica do agro-nacional. Investiu-se, também na propagação do uso de insumos modernos para o Centro-Sul e o Nordeste. E, por último, estimulou-se o programa de pesquisa agrícola em grande dimensão.

É importante acrescentar que, no governo Médici, a proposta de reforma agrária foi substituída por programas localizados, orientados para a resolução do problema fundiário em localidades específicas. Implantou-se, a partir disso, o PIN (Programa de Integração Nacional) e o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste), com ênfase na implementação de projetos de colonização na Amazônia e no Nordeste:

“No entanto, não esteve em jogo, em nenhum dos governos militares, propostas de transformação básica da estrutura fundiária. O centro das diferenças refere-se particularmente à realização de uma reforma agrária parcial no Nordeste e a uma maior institucionalização do processo de colonização de fronteira”⁴⁴.

O II PND foi editado num contexto de crise política e econômica, portanto, em diferentes circunstâncias do primeiro plano. Por um lado, tinha-se um esgotamento dos investimentos

⁴² Ibid., p. 89-97.

⁴³ MIURA, Yuko. *Análise e Crítica da Política de Estímulos à Agricultura*. São Paulo: FEA/USP, 1983 (Dissertação de Mestrado), p. 20-21.

⁴⁴ SORJ, Bernardo. Op. cit., p. 72.

externos, devido às mudanças da economia mundial, aguçadas pela crise do petróleo. De outro, vivia-se uma desaceleração do crescimento da economia interna, ou seja, o fim do “milagre”, diretamente provocado pela escassez dos capitais internacionais, questão analisada de forma mais detalhada na primeira parte desse trabalho. Dentro dessa perspectiva, algumas das metas traçadas pelo plano em relação à agropecuária foram: a produção rural deveria suprir a demanda do mercado interno e externo, favorecendo um aumento das exportações e gerando estímulos à agroindústria.

Reforçou-se o processo de substituição de importações, como petróleo e matérias-primas, em virtude da elevação de preços. Esta substituição estimulou o desenvolvimento dos setores de indústrias básicas, principalmente a produção de bens de capital, na área de mecânica pesada, insumos básicos industriais e agropecuários. O plano visava, ainda, criar estruturas mais eficientes para a comercialização e distribuição de produtos agrícolas, estabelecendo um sistema nacional de centrais de abastecimento⁴⁵.

O governo imputava à agropecuária um papel relevante dentro do II PND. Ou seja, o desempenho do setor rural encontrava-se vinculado à estratégia nacional de desenvolvimento:

“Aquele novo papel na estratégia significa de um lado, contribuição mais significativa à expansão do PIB, com menor preço para o trabalhador. Significa, de outro lado, efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas e produtos agrícolas industrializados”⁴⁶.

Dessa forma, o planejamento governamental impunha um triplice objetivo à participação do campo: responder às demandas do mercado de consumo interno, às necessidades de aumento das exportações e fornecer estímulos à agroindústria. E, para que isto se concretizasse, foram identificadas várias áreas de atuação: política de uso da terra para fins agropecuários, execução da reforma agrária e de programas de redistribuição de terras, estratégias de ocupação de novas áreas (Centro-Oeste, Amazônia, vales úmidos do Nordeste) e, principalmente, modernizar e dotar de bases empresariais o setor agropecuário, sobretudo o Centro-Sul⁴⁷. Observe as metas traçadas, quantitativamente, na tabela abaixo:

⁴⁵ MIURA, Yuko. Op. cit., p. 24.

⁴⁶ Brasil. **Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974, p. 41.

⁴⁷ Ibid., p. 43.

TABELA - 2
SETOR: AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
META: 1975/1979

	Itens	Situação-1974	Meta-1979	Aumento-%
1 – Produção	- Cereais (milho, arroz, feijão, trigo, em milhões de Toneladas)	30	45	50
	- Oleaginosas (algodão, soja, amendoim e mamona, em milhões de Toneladas)	10	16	60
2 – Utilização de Insumos Modernos	- Fertilizantes(milhões de Toneladas de nutrientes)	1.6	3.1	94
	- Defensivos (mil Toneladas)	90	200	122
	- Sementes melhoradas (% sobre o total de sementes de algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, feijão, mandioca, milho, soja e trigo)	40	50	25
	- Tratores em operação (mil unidades)	254	510	101
	- Rações (milhões de Toneladas)	5,7	11	93
3 – Eletrificação Rural	- Linhas construídas (mil Km)	11	114	936
4 – Irrigação Pública e Privada (em mil ha)	-----	737	1100	49
5 – Abastecimento	- Armazém (capacidade estática em milhões de Toneladas)	23	28	22
	- Centrais de abastecimento (n.º de centrais)	12	22	83

Fonte: Projeto do II PND, 1979. In: MIURA, Yuko. Op. cit., p. 28.

Por fim, é interessante destacar que o aumento da produção, o desenvolvimento tecnológico e a disposição de incentivos fiscais e financeiros, dentre os mesmos o crédito rural, representaram objetivos propostos nos três planos elaborados para o período.

MODERNIZAÇÃO DO AGRO-REGIONAL: O TRIÂNGULO MINEIRO

Após termos feito alguns comentários acerca da modernização do agro-regional, recuperaremos aspectos relevantes do processo de modernização da agropecuária na região do Triângulo Mineiro.

Como vimos, a partir do Plano de Metas e Bases, houve um empenho por parte do governo em ocupar a área dos cerrados brasileiros, que representava 21% do território nacional. O Estado de Minas Gerais possui grande parte das suas terras ocupadas pelos cerrados: região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatú, Campos das Vertentes, Metalúrgica, Alto e Médio São Francisco (exceto a zona de Caatinga), Montes Claros (parte sul), Médio Jequitinhonha (chapadas), sul (maior parte) e Alto Jequitinhonha⁴⁸.

⁴⁸ MUNHOZ, Rubilio, et alli. **Zoneamento Agroclimático de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1980, p.10.

A inviabilidade de expandir a produção agrícola na Amazônia, com a elevação dos preços do petróleo, ao lado da necessidade de se promover o aumento da produtividade, satisfazendo os interesses agroindustriais, num contexto de desaceleração da economia foram alguns dos fatores determinantes para a decisão tomada pelo Estado frente a utilização dos cerrados. Formulou-se um discurso oficial, que desconsiderava a existência de qualquer atividade econômica no cerrado, anterior às iniciativas governamentais e de caráter privado:

"A população era muito rarefeita no cerrado e vivia quase sempre em torno dos cursos d'água, levando uma vida muito precária, típica da agricultura de subsistência só. Plantava uma mandiocazinha, perto da nascente um arroz, e vivia da exploração do gado, muito irracionalmente. Então era um vazio, era uma expectativa. Bom, a proximidade dos grandes centros consumidores, a infra-estrutura já existente, e principalmente a confiança de que o Brasil já dispunha de uma tecnologia para isso, nos levou a fazer projetos de ocupação do cerrado"⁴⁹.

Diante disso, partiu-se do pressuposto de que sendo as terras do cerrado menos férteis, somente com grande uso de insumos e máquinas seria possível atingir um padrão de produtividade e competitividade em relação às demais regiões consideradas privilegiadas pela fertilidade natural. Ou seja, as áreas de cerrado necessitavam de tecnologia para um desenvolvimento satisfatório das atividades agrícolas, apresentando-se como um local propício à implantação de agroindústrias. Entretanto, a pesquisa agropecuária voltada para estas terras privilegiou apenas as produções de média e grande propriedades, nas quais seriam empregados altos investimentos, alta tecnologia química, mecânica e biológica.

O II PND, ou melhor as diretrizes do mesmo, criaram as bases para a instituição do POLOCENTRO- Programa de Desenvolvimento do Cerrado. Esse programa tinha por finalidade:

"...incorporar 3,7 milhões de hectares dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais e promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias, mediante a ocupação racional de área com características do cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial"⁵⁰.

O POLOCENTRO não atingiu as expectativas que lhe foram imputadas, não mobilizou investimentos estrangeiros e não contribuiu efetivamente para os saldos no balanço de pagamentos. Dentro dessa perspectiva, foi criado o PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) no final dos anos 70. A implementação do PRODECER foi destinada à Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), que reunia capital de grupos empresariais brasileiros e japoneses.

⁴⁹ Alysson Paulinelli (ex- Ministro da Agricultura), em entrevista a Áureo Eduardo M. Ribeiro em outubro de 1984. In: **A Exploração Empresarial dos Cerrados**, III Seminário sobre a economia mineira. Diamantina/M.G.: CEDEPLAR FACE/ UFMG, 1986.

⁵⁰ ALMEIDA FILHO, N., FRANCIS, D. G., FERNANDES FILHO, J. F. e FREITAS, P. S. R. de. **O Processo de Industrialização da Agricultura e a Dinâmica Recente da Agroindústria no Triângulo Mineiro, 1960-1980**. Uberlândia, Departamento de Economia, 1988, p. 52.

Segundo Almeida Filho, Francis, Fernandes Filho e Freitas, a região IV dos cerrados (para fins de planejamento) do Estado de Minas Gerais, integrada pelo Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mostrou-se mais suscetível aos projetos e investimentos governamentais⁵¹. O BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), aponta alguns fatores que determinaram o privilegiamento da região pelos incentivos estatais:

"... é a região absorvedora de mão-de-obra devendo acolher os excedentes das demais regiões, apresenta o mais alto potencial agrícola, pelo mais elevado percentual de solos de classes I, II e III; adequada estrutura fundiária, representada pelo menor número de minifúndios, infra-estrutura de assistência técnica, empresarial e topografia favoráveis que explicam a maior concentração de máquinas e implementos agrícolas"⁵².

Ao lado disso, gostaríamos de acrescentar que, ao nosso ver, as elites rurais de Triângulo Mineiro exerceram grande influência na conquista de verbas e incentivos federais para o desenvolvimento de projetos na região. Através da análise dos jornais locais, é possível perceber que os interesses do setor agrícola são reforçadamente defendidos por esses veículos de comunicação.

Deve-se destacar ainda, que a implantação de programas nas regiões de cerrado encontrou-se vinculada a um projeto maior: a consolidação e expansão dos complexos agroindustriais. Portanto, não bastaria aumentar a produtividade, mas, era necessário criar um novo padrão de produtividade no campo, definido a partir dos interesses industriais urbanos:

"... desde o início da década de 70, a agricultura, na maioria das terras de cerrado (excetuadas as culturas e os cerradões) surge, desde o princípio ligada à indústria de fertilizantes de adubos, de máquinas, sementes e defensivos. Exclui fases intermediárias de acumulação de capital e exige, por deficiência historicamente constatada de capitalização do setor agrícola, forte participação do crédito"⁵³.

Esta citação explicita a importância da política creditícia para se viabilizar a modernização das relações de produção no campo. Posto isso, no próximo capítulo, procuraremos resgatar partes fundamentais da política de financiamento agrícola.

⁵¹ Ibid. , p.53.

⁵² BDMG, Belo Horizonte. "Bases para uma Ação Integrada na Região IV": síntese, Belo Horizonte/ 1973. In: **Revista da Fundação João Pinheiro**. Ano 3, nº2, 1973, p.76.

⁵³ FRANÇA, Múcio. **O Cerrado e a Evolução Recente da Agricultura Capitalista: A Experiência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, UFMG, 1984, sem página, (dissertação de Mestrado). Citado em: ALMEIDA FILHO, N., FRANCIS, D. G, FERNANDES FILHO, J. F. e FREITAS, P. S. R. de. Op. cit., p.60.

4- A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL: HISTÓRICO, EXPANSÃO E CRISE

Como vimos anteriormente, o Estado brasileiro não mediu esforços para modernizar o agrom nacional, tendo em vista a necessidade de incorporar o setor ao desenvolvimento urbano-industrial. Gostaríamos, neste capítulo, de estabelecer uma reflexão em torno do papel desempenhado pelo crédito rural na viabilização do projeto modernizador.

No início dos anos 60, a agricultura brasileira encontrava-se numa situação de grande atraso tecnológico, por isso as dificuldades de se promover a alteração dessa base técnica, manifestavam-se tanto em termos de capital disponível como de falta de estrutura para a sua implementação. Entretanto, a política governamental buscou reunir os recursos necessários para se promover estas mudanças. Nesse sentido, o financiamento agrícola foi um importante instrumento, senão o principal, de toda a política brasileira, por meio do qual se procurou viabilizar as transformações do agro.

É relevante dizer, ainda, que a partir da institucionalização da política de crédito em 1965, a mesma encontrou-se vinculada à utilização de insumos e práticas pré-determinadas pelo Estado de acordo com procedimentos técnicos considerados modernos. Não podemos nos esquecer que as agroindústrias representaram um dos principais setores associados e beneficiados pelo projeto modernizante:

"... tratava-se, enfim, de intervir a favor de uma nova alocação que privilegiasse a utilização dos chamados insumos modernos e articulasse os interesses de certa camada dos produtores rurais aos interesses da indústria em geral e da agroindústria em particular. O instrumento que viabilizava esta articulação e unificava esses interesses potencialmente conflitantes era o crédito subsidiado, tanto o rural como o agroindustrial"⁵⁴.

Tendo em vista essas considerações, recuperaremos aspectos marcantes do crédito rural no país, tais como: questões relativas ao seu surgimento e consolidação, a forma como foram distribuídos os recursos destinados ao mesmo e os problemas apontados e as críticas conferidas ao instrumento creditício.

⁵⁴ KAGEYAMA, A. (coord.), BUAINAIN, A. M. e outros. "O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais". In: Guilherme C. Delgado, José G. Gasques e Carlos M. Villa Verde (org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1996, p.160.

4.1 – UM HISTÓRICO SOBRE O FINANCIAMENTO RURAL NO BRASIL

Segundo Guedes Pinto, a história do crédito rural no Brasil pode ser dividida em três momentos. O primeiro estende-se desde o "descobrimento" em 1500 até 1937. O segundo cobre o período de 1937 a 1965 e o terceiro tem início nesta última data, prolongando-se até 1980⁵⁵.

O primeiro período apresenta várias iniciativas de financiamento às atividades agropecuárias, porém, as mesmas privilegiavam poucos produtos, sempre voltados à exportação. É importante enfatizar que estas iniciativas não assumem caráter sistemático nesse fase, devido às oscilações do mercado internacional. Durante o Império, por exemplo, o crédito era fornecido pelas casas comerciais, geralmente inglesas, pelas ordens religiosas e por alguns bancos (da Bahia, do Maranhão e do Pará). Ao lado disso, podemos citar algumas fontes comuns de financiamento, tais como: herança e dote, empréstimos concedidos por fazendeiros da vizinhança, capitalistas locais e casas comissárias, responsáveis pelo financiamento das atividades cafeeiras.

Com a proibição do tráfico negreiro em 1850, houve uma ampliação dos capitais disponíveis para novos investimentos, liberados do comércio de escravos. Os financiamentos obtidos de familiares ou vizinhos, aos poucos foram substituídos pelas relações contratuais, promovidas pela chegada do sistema bancário. Os bancos eram cautelosos ao conceder os empréstimos aos proprietários de terra, principalmente porque a legislação imperial protegia os interesses dos mesmos, caso não efetuassem o pagamento dos débitos⁵⁶. Guedes Pinto tece o seguinte comentário acerca das dificuldades relativas ao crédito rural nesse período:

“Tendo em vista, ainda, o pequeno número de agências bancárias existentes, as dificuldades de comunicação, a exigência de garantias em excesso e recursos relativamente escassos, o que predominou durante este primeiro período foi o crédito das casas comerciais, em geral a juros elevados, que só poderiam ser suportados pelos produtos de exportação”⁵⁷.

A situação esboçada não sofreu grandes transformações com a instauração da República, pois, após este acontecimento, a política agrícola voltou-se para a sustentação dos preços do café. Nesse sentido, foram tomadas as seguintes medidas: a compra do café para a redução da oferta, a criação do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (1909) e a instituição da Carteira de Redescontos junto ao Banco do Brasil (1921).

Em 1931, o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo (anteriormente Banco Hipotecário e Agrícola de São Paulo) passaram a agir diretamente no financiamento das compras de café. E, segundo Mailson da Nóbrega:

⁵⁵ PINTO, Luís C. Guedes. **Notas sobre a Política de Crédito Rural**. Campinas/SP:UNICAMP (Versão preliminar para discussão), 1980, p. 113.

⁵⁶ STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café**. São Paulo: Brasiliense, 1961, pp. 285-289.

⁵⁷ PINTO, Luís C. Guedes. *Op.cit.*, p. 115.

“A partir daí, as dificuldades que se abateram sobre a agricultura, em face da depressão dos anos 30, levaram as lideranças a pressionar o governo no sentido de adotar medidas que favorecessem a instituição de mecanismos de apoio a todos os setores, e não apenas ao café”⁵⁸.

Esta pressão exercida pelos proprietários rurais influenciou no segundo momento (1937-1965) de evolução do crédito rural, cuja característica marcante foi a ampliação do crédito oficial. Neste período foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), a partir da lei n.º 454, de 9 de julho de 1937. Por intermédio deste dispositivo legal, pretendia-se aumentar o alcance dos financiamentos, através do estabelecimento de uma série de regras para regulamentar a aplicação de recursos e exigências de garantia. Esse tipo de medida representou a primeira iniciativa de sistematização do financiamento à agricultura. Com a atuação da CREAI, houve uma significativa expansão dos recursos destinados ao financiamento das atividades agropecuárias, assim como dos contratos realizados com os produtores. Em 1938 foram realizados 1021 contratos, em 1948, o número aumentou para 9482 e em 1958 os contratos chegaram a 93859⁵⁹. Diante disso, Gonçalves Neto faz a seguinte consideração:

“Estes números demonstram que na década de 60, já se considerava de extrema importância a implementação de uma política agrícola e de que, para isso, a questão do financiamento era o ponto central”⁶⁰.

É importante, ainda, que seja destacada a criação do Grupo Executivo de Crédito (GECRE), em 1961 pelo presidente Jânio Quadros. O GECRE era composto pelos seguintes membros: ministros da Fazenda e da Agricultura, diretor executivo da SUMOC, presidentes do Banco do Brasil, do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo, criado em 1943), do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, da Associação Brasileira de Crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR) e da Confederação Rural Brasileira, além de um representante dos bancos privados, das cooperativas e o diretor executivo do GECRE⁶¹.

Dentre as funções atribuídas ao grupo, constava: formular a política de crédito rural no país (estabelecendo, as linhas de crédito, as prioridades, etc.), coordenar esta política e promover o relacionamento da mesma com os serviços de assistência técnica ao produtor rural, recomendar aos órgãos que operam no crédito rural (entidades públicas ou privadas) a adoção das normas traçadas pelo governo e administrar o Fundo de Crédito, quando criado, propondo medidas para a sua formação e incremento⁶². A partir dos trabalhos exercidos pelo GECRE, percebe-se um amadurecimento das condições para a institucionalização do Sistema de Crédito Rural.

⁵⁸ NÓBREGA, Mailson F. da. Op. cit., p. 39.

⁵⁹ PINTO, Luís C. Guedes. Op. cit., p. 115-116.

⁶⁰ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 159.

⁶¹ NÓBREGA, Mailson F. da. Op. cit., p. 43.

⁶² Ibid., p. 42-43.

No terceiro período (1965-1980), no qual nos aprofundaremos mais devido ao nosso recorte temporal, ocorre a institucionalização do crédito rural, com a aprovação da Lei n.º 4.829 em novembro de 1965, regulamentada pelo Decreto n.º 58.380, de 1966. De acordo com esta lei, o financiamento agrícola deveria ser um suprimento de recursos financeiros aos produtores rurais ou às suas cooperativas, viabilizado por entidades públicas ou particulares. Estes recursos deveriam ser aplicados em atividades que se enquadrassem aos objetivos da legislação vigente, tais como o investimento em armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, custear a produção e comercialização destes produtos, possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, principalmente pequenos e médios e incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais. De acordo com a mesma lei, o Conselho Monetário Nacional deveria disciplinar o crédito rural no país e estabelecer as respectivas normas operativas. Dentro dessa perspectiva, caberia ao Banco Central do Brasil a responsabilidade de dirigir e fiscalizar o cumprimento das deliberações do Conselho⁶³.

A partir disso, foi institucionalizado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), constituído pelos seguintes intermediários financeiros: Banco Central do Brasil (com as funções especificadas acima), Banco do Brasil (através de suas carteiras especializadas), bancos regionais de desenvolvimento, bancos estaduais, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, cooperativas e órgãos de assistência técnica e extensão rural.

No artigo 9º da legislação, foram especificadas as modalidades de crédito: custeio, investimento, comercialização e industrialização de produtos agropecuários. A primeira modalidade, destina-se a cobrir despesas normais de um ou mais períodos da produção agropecuária. O crédito de investimento volta-se para a aplicação em bens e serviços a serem usufruídos no curso de vários períodos. O terceiro tipo de financiamento cobre as despesas com estocagem, transporte, isto é, incumbe-se da fase sucessiva à coleta da produção. E, o quarto, destina-se a industrialização de produtos agropecuários, quando efetuada por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade (posteriormente, esta modalidade foi colocada como uma das formas do crédito de custeio).

No que se refere aos recursos para suprir o crédito rural, o Artigo 15 da legislação estabeleceu quinze fontes diferentes, dentre as mesmas constam as dotações orçamentárias do tesouro, além de dispor sobre importâncias recolhidas ao Banco Central pelo sistema bancário, determinando um percentual de 10% dos depósitos de qualquer natureza (bancos privados, sociedades de crédito, financiamento e investimento) a serem remetidos à agropecuária. O Artigo 25 trata da questão das garantias dos empréstimos rurais, tais como: penhor agrícola, pecuário, mercantil e industrial, bilhete de mercadoria, warrants, caução, hipoteca, fidejussória e outras que o Conselho Monetário venha a admitir.

⁶³ Sobre essa legislação, cf. Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. "Crédito Rural", in: **Legislação Agrária**. 10ª edição, São Paulo: Atlas, 1980, pp. 425-426.

O artigo 18º do Decreto n.º 58.380 estabelece que as taxas de operações, relativas a qualquer modalidade do crédito rural, deveriam ser inferiores ao menos $\frac{1}{4}$ em comparação às taxas máximas admitidas pelo Conselho Monetário Nacional para as operações bancárias de Crédito Mercantil⁶⁴.

Podemos dizer que, através destas medidas, o governo pretendia ampliar a participação dos bancos privados na responsabilidade do financiamento agropecuário, como forma de aumentar o montante de recursos disponíveis para o setor, sem onerar o tesouro. Até 1965, a maioria dos contratos e dos recursos de crédito rural foram provenientes do Banco do Brasil, sendo que outros bancos oficiais (regionais e estaduais) tiveram uma pequena participação, entretanto, não houve qualquer participação dos bancos particulares. Ao lado disso, visava-se promover a modernização do setor agrário, através da introdução de novas tecnologias, insumos e de planejamento, além dos contratos de crédito rural e subsidiado.

Ao lado dos decretos citados anteriormente, é importante destacar a criação do Fundo Geral para a Indústria e a Agricultura (FUNAGRI), a partir do Decreto n.º 58.935 de 1965. Através deste fundo, pretendia-se levantar os recursos para o financiamento da indústria e da agricultura. As resoluções n.º 69 de 1967 e n.º 260 de 1973, do Banco Central do Brasil, também devem ser ressaltadas, pois de acordo com as mesmas os bancos foram obrigados a aplicar 15% dos depósitos à vista em crédito rural. Caso os bancos não aplicassem ou não atingissem este percentual deveriam repassar os valores restantes ao Banco Central do Brasil, na conta do FUNAGRI.

Deve ainda ser observado que, após a institucionalização do crédito rural, os recursos destinados ao mesmo cresceram aceleradamente. Ao lado disso, a participação do Banco do Brasil no Sistema Nacional de Crédito Rural permaneceu dominante até o final desse período:

“Em síntese, podemos caracterizar o terceiro período, que se inicia em 1965 e prolonga-se até os nossos dias (1980), como aquele em que é institucionalizado o Sistema Nacional de Crédito Rural e durante o qual há uma acelerada expansão dos recursos destinados ao financiamento das atividades agropecuárias”⁶⁵.

⁶⁴ Ibid., p.425-433.

⁶⁵ PINTO, Luís C. Guedes. Op.cit., p.123.

4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AOS FINANCIAMENTOS RURAIS

Podemos observar, tendo como referência a taxa de variação dos saldos reais na tabela abaixo, que de 1960 a 66 o crescimento dos recursos destinados ao financiamento agrícola foi moderado. A partir de 1967, isto é, após a institucionalização do crédito e com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o aumento é acelerado. De 1967 a 75 o aumento ocorre de maneira constante e em percentuais muito altos. Os dois anos seguintes assinalaram índices de crescimentos bastante baixos em relação ao período anterior, entretanto, ainda resultam em saldos positivos. Já os três últimos anos da década diferem do restante, pois são afetados pela crise econômica vivenciada pelo país, culminando num crescimento negativo dos saldos reais⁶⁶.

TABELA – 3
CRÉDITO AGRÍCOLA TOTAL, 1960-1980

Crédito Agrícola Total Saldo Corrente em Final de Ano (em Milhões de Cruzeiros)					Crédito Agrícola Total Saldos Reais em Final de Ano (em Milhões de Cruzeiros de 1965 -1967**)				Taxa Varia- ção Saldos Reais
Anos	Banco Brasil	Bancos Comerciais	Exigibili- dade BACEN (Bancos Comer- ciais)	Crédito Agrícola Total *	Banco Central	Bancos Comerciais	Exigibili- dade BACEN (Bancos Comer- ciais)	Crédito Agrícola Total*	%
1960	64	36	-	100	837	471	-	1.307	-
1961	115	46	-	161	1.018	407	-	1.425	9,0
1962	190	73	-	263	1.111	427	-	1.538	7,9
1963	321	138	-	459	1.035	445	-	1.421	- 3,7
1964	627	323	-	950	1.054	543	-	1.597	7,8
1965	721	606	-	1.327	997	838	-	1.835	14,9
1966	1.210	770	-	1.980	1.090	694	-	1.784	- 2,8
1967	1.741	1.386	711	3.127	1.262	1.004	515	2.266	27,0
1968	2.948	2.965	1.000	5.913	1.704	1.714	578	3.418	50,8
1969	4.403	3.870	1.316	8.273	2.117	1.861	633	3.977	16,4
1970	7.669	4.584	1.739	12.253	3.092	1.848	701	4.941	24,2
1971	11.148	6.471	2.516	17.619	3.754	2.179	847	5.932	20,1
1972	15.617	8.902	3.184	24.519	4.553	2.595	928	7.148	20,5
1973	23.203	13.646	7.100	36.849	5.845	3.437	1.788	9.282	29,9
1974	42.341	20.794	9.233	63.135	7.929	3.894	1.729	11.823	27,4
1975	71.948	33.444	13.658	105.392	10.427	4.847	1.979	15.274	29,2
1976	114.753	44.258	17.579	159.011	11.362	4.382	1.740	15.744	3,1
1977	169.637	57.649	22.172	227.286	12.108	4.115	1.583	16.223	3,0
1978	208.123	61.886	29.743	270.009	10.549	3.137	1.508	13.686	-15,6
1979	357.914	103.399	43.913	461.313	10.232	2.956	1.255	13.188	- 3,6
1980	627.043	164.779	78.401	791.822	8.527	2.241	1.066	10.768	-18,4

* Entidades financeiras não-bancárias não estão incluídas neste total. Sua participação, contudo, no crédito agrícola é muito pequena, não ultrapassando 4% nos últimos 2 anos.

** Deflacionado pelo índice 2, Conjuntura Econômica, 1965-1967 = 100.

Fonte: João do Camo OLIVEIRA e Roberto M. S. MONTEZANO, "Os Limites das Fontes de Financiamento à Agricultura no Brasil". *Estudos Econômicos*, 12 (2): 139-59, ago, 1982, p. 148. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 163.

⁶⁶ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 163.

Através desses dados, podemos concluir que o projeto governamental obteve êxito no que se refere a expansão dos investimentos realizados no setor agropecuário, apesar da queda registrada no final dos anos 70. No entanto, as críticas lançadas à política creditícia denunciam a discriminação presente na distribuição dos recursos destinados aos financiamentos rurais.

Segundo Guedes Pinto, após a realização de alguns cálculos, é possível estimar que o número de estabelecimentos rurais beneficiados pelo SNCR situou-se entre 1.000.000 e 1.200.000 até 1980. Tendo em vista que o número de estabelecimentos estaria em torno de 5.000.000, segundo dados do IBGE de 1975, pode-se dizer que apenas 20% dos agricultores brasileiros tiveram acesso à política oficial de crédito⁶⁷.

De acordo com o mesmo autor através da análise de outros dados tendo como base 1975, pode ser observado que o gráfico de distribuição da terra no Brasil aproxima-se da distribuição do crédito rural. Ou seja, a estrutura agrária brasileira reflete uma situação de grande concentração de terras “nas mãos” de um pequeno número de proprietários agrícolas, os quais foram beneficiados por 60,8% do crédito distribuído⁶⁸. Este tipo de constatação reflete o quanto a política agrícola é condicionada pela estrutura agrária, assim como, porque o projeto de modernização da agricultura brasileira procurou alterar a base técnica sem promover qualquer mudança na estrutura agrária. Pode-se constatar essas observações na tabela 4.

TABELA - 4
COMPARAÇÕES ENTRE O VALOR DO FINANCIAMENTO COM O VALOR DA PRODUÇÃO E COM A
ÁREA EM DIFERENTES ESTRATOS DE ÁREA, PARA 1970 E 1975

Área do Estabelecimento (há)	Financiamento do Valor da Produção		Financiamento da Área de Lavoura	
	1970	1975	1970	1975
Menos de 10	0,05	0,06	38	200
10 a menos de 100	0,13	0,19	87	631
100 a menos de 1000	0,23	0,35	182	1256
1000 a menos de 10000	0,24	0,42	255	1654
10000 e mais	0,36	0,75	840	3143

Fonte: Fundação IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e 1975 (dados primários). In: PINTO, Luís C. Guedes. Op. cit., p. 145.

Por intermédio desses dados, com base nos censos de 1970 e 1975, comparando o valor do financiamento com a área cultivada e o valor da produção por estrato de área, é possível evidenciar o privilegiamento das grandes propriedades e, conseqüentemente, dos grandes produtores rurais. Observemos que em 1975, enquanto as pequenas propriedades recebiam 200 cruzeiros por ha de área de lavoura, as maiores de 10.000 ha obtinham 3143 cruzeiros.

⁶⁷ PINTO, Luís C. Guedes. Op.cit., p. 133.

⁶⁸ Ibid., p. 142-143.

Um outro aspecto de discriminação da política creditícia, refere-se aos produtos agrícolas. Nesse caso, são privilegiados alguns produtos, notadamente, os que se encontram voltados para a exportação ou que substituem importações. Já para as culturas que abastecem o mercado interno, evidencia-se uma margem de participação no crédito muito inferior à dos outros tipos de produtos citados. Confira a tabela abaixo:

TABELA - 5
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VPB) E NO CRÉDITO DE CUSTEIO (C) DE ALGUNS PRODUTOS SELECIONADOS, 1973-1977

Produtos	1973		1974		1975		1976		1977	
	VBP	C	VPB	C	VBP	C	VBP	C	VBP	C
Algodão	8,25	7,60	6,07	8,67	5,48	4,71	3,90	6,54	5,62	7,25
Arroz	13,03	11,77	10,82	14,53	12,07	17,56	15,05	14,99	12,90	15,15
Café	7,54	15,26	12,23	14,52	9,63	9,60	2,50	10,76	6,58	12,23
Cana	7,74	6,64	6,93	8,91	6,58	10,72	7,85	9,68	8,17	8,28
Feijão	7,54	2,59	6,70	1,89	6,61	1,40	5,38	1,85	6,26	3,20
Mandioca	9,81	0,59	7,06	0,36	8,25	0,41	7,88	0,82	5,81	0,89
Milho	12,45	11,35	12,58	10,28	12,73	10,75	13,36	10,08	13,39	7,63
Soja	7,93	14,58	10,96	16,88	13,52	17,39	15,41	19,18	16,05	19,12
Trigo	4,33	4,40	5,31	9,67	3,30	12,44	5,91	12,07	3,47	10,05

Fonte: Ministério da Agricultura (COMCRED e SUPLAN) e Banco Central do Brasil (dados primários). In: PINTO, Luís C. Guedes. Op. cit., p. 155.

Estes números denunciam a diferença entre os recursos destinados aos produtos de exportação (café, cana, soja e trigo) e aqueles voltados para o consumo interno (feijão, mandioca e milho). Entretanto, Guedes Pinto prefere usar a terminologia culturas mais dinâmicas, para denominar os produtos mais favorecidos pelo crédito, ou seja, produtos que se relacionam com as indústrias que produzem insumos e equipamentos para o agro e as que realizam o processamento industrial. Para o autor, essas culturas desempenharam um papel relevante, também, no mercado interno⁶⁹.

Segundo João Sayad, a concentração dos empréstimos rurais entre grandes propriedades agrícolas e em culturas comerciais (mais dinâmicas ou de exportação) pode ser explicada em função da natureza das operações bancárias e financeiras em geral, dentre outros fatores:

⁶⁹ Ibid., p.183.

"A concessão de empréstimos é atividade onde o risco e as informações assumem papel fundamental. Bancos e agentes financeiros, em geral, precisam ser extremamente conservadores na política de distribuição de empréstimos, exigindo informações cadastrais propriedade de bens imóveis, conhecimento e confiança. Este tipo de comportamento é intrínseco à atividade financeira e faz parte da boa administração de uma carteira de empréstimos"⁷⁰.

Acreditamos que as exigências impostas pelas entidades que concedem os financiamentos representam uma barreira para o pequeno produtor, que não possui as garantias necessárias e, normalmente, depende de avalistas. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que esta minoria privilegiada, isto é, os grandes produtores exercem forte influência política junto aos grupos que pressionam o governo e definem as diretrizes econômicas do país.

As regiões também sofreram esse tipo de discriminação, no que se refere ao crédito rural. O Norte e o Nordeste foram os mais prejudicados em termos de percentual de participação no financiamento agropecuário. As regiões Sul e Sudeste foram as mais privilegiadas e o Centro-oeste conseguiu obter um percentual regular. Essas informações podem ser conferidas na tabela abaixo:

TABELA - 6

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES BRASILEIRAS NO PRODUTO AGRÍCOLA (P) E NO CRÉDITO AGRÍCOLA (C), 1973-1977

	1973		1974		1975		1976		1977	
Regiões	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Norte	1,90	0,99	1,84	0,79	2,30	0,99	2,63	1,16	2,16	1,57
Nordeste	25,64	9,75	19,41	9,53	22,41	11,28	19,36	11,83	19,42	12,54
Sudeste	31,54	42,09	32,77	40,01	28,34	33,33	29,06	32,06	30,54	33,57
Sul	33,33	40,95	39,46	42,94	40,17	46,07	40,48	44,76	39,28	44,13
Centro-Oeste	7,56	6,22	6,50	6,73	6,76	8,34	8,45	10,19	8,57	8,19

Fonte: Ministério da Agricultura (COMCRED e SUPLAN) E Banco Central do Brasil (dados primários). In: PINTO, Luís C. Guedes. Op. cit., p. 148.

Gostaríamos de acrescentar, ainda, que o crescimento da produtividade agrícola como fora previsto na legislação do SNCR foi alcançado, entretanto, não correspondeu ao crescimento do volume de crédito distribuído. Confira a diferença na tabela abaixo:

⁷⁰ SAYAD, João. Op. cit., p. 103-104.

TABELA - 7
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DO CRÉDITO TOTAL PARA A AGRICULTURA, 1969-1979 (1969 = 100*)

Ano	Valor Líquido da Produção Agrícola	Crédito Agrícola Total
1969	100	100
1970	100	119
1971	116	137
1972	126	170
1973	159	241
1974	183	298
1975	191	434
1976	213	445
1977	256	397
1978	250	404
1979	268	503

* Deflacionado pelo Índice Geral de Preços n.º 2, FGV.

Fonte: WORLD BANK, *A Review of Agricultural Policies in Brazil*, p. 17.

Podemos perceber na última linha, que o volume de recursos aumentou o dobro em relação ao crescimento da produção agrícola. Os investimentos realizados foram altos, mas não se chegou ao resultado esperado. Para Nóbrega, a utilização preponderante do crédito como instrumento da política agrícola obscureceu o uso de outros não menos importantes, tais como: a oferta de infraestrutura, estradas, armazenamento, eletrificação rural, irrigação, pesquisa e educação rural⁷¹.

Ao nosso ver, a principal falha da política de crédito rural concentrou-se na distribuição desigual dos financiamentos, entre os produtores, os produtos e as regiões brasileiras. O privilegiamento dos grandes proprietários de terra contrariou os princípios concebidos na legislação do SNCR: fortalecer economicamente os produtores, notadamente os pequenos e médios.

Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer os esforços movidos pelo Estado, principalmente na primeira metade dos anos 70, no sentido de promover uma transformação nas relações de produção no campo, através da introdução de novas tecnologias, garantindo que o setor rural atendesse às necessidades da dinâmica industrial-urbana. No entanto, o processo modernizador provocou profundas alterações no setor rural como, por exemplo, a violenta transferência de populações para o setor urbano, devido a mecanização das técnicas produtivas. Houve ainda, uma disseminação do trabalho assalariado, sobretudo, nas grandes propriedades modernizadas. Dessa forma, rompeu-se com o sistemas de parceria, agregados e arrendatários e, ao lado disso, excluiu-se as pequenas propriedades, que foram em sua maior parte incorporadas às grandes, aumentando a concentração de terra no país.

⁷¹ NÓBREGA, Mailson F. Op. cit., p. 59.

4.3 – A CRISE DA FASE EXPANSIONISTA DOS EMPRÉSTIMOS AGROPECUÁRIOS

O período de esgotamento da fase expansionista do crédito rural encontra-se inserido na crise econômica vivenciada pelo país no final da década de 70, já descrita na segunda parte desse trabalho. Nesse sentido, as três modalidades de crédito foram atingidas, sendo que o crédito de investimentos foi mais duramente afetado. Observemos a tabela 8:

TABELA - 8
VALOR DE CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL SEGUNDO A FINALIDADE. BRASIL, 1969-1979
(EM CR\$ 1000)

Ano	CUSTEIO			INVESTIMENTO			COMERCIALIZAÇÃO		
	Valor Real	Índice	%	Valor Real	Índice	%	Valor Real	Índice	%
1969	41.514.490	100,0	46,4	25.110.266	100,0	28,1	22.746.353	100,0	25,5
1970	47.353.238	114,1	44,6	28.821.668	114,8	27,1	30.004.814	131,9	28,3
1971.	53.434.421	128,7	43,5	36.221.907	144,3	29,5	33.133.087	145,7	27,0
1972	63.223.170	152,3	41,6	50.224.862	200,0	33,1	38.402.410	168,8	25,3
1973	91.693.632	220,9	42,7	71.047.880	282,9	33,1	51.981.815	228,5	24,2
1974	119.553.894	288,0	45,0	80.376.697	320,1	30,3	65.600.936	288,4	24,7
1975	169.679.520	408,7	43,9	120.974.228	481,8	31,2	96.473.130	424,1	24,9
1976	167.381.484	403,2	42,2	128.576.240	512,0	32,4	100.663.762	442,5	25,4
1977	167.444.724	403,3	47,2	85.904.661	342,1	24,3	100.758.878	443,0	28,5
1978	171.733.024	413,7	47,7	89.931.458	358,1	25,0	98.441.602	432,8	27,3
1979	225.693.733	543,7	50,3	112.104.734	446,4	25,0	110.932.427	487,7	24,7

* Deflacionado para 1979 - Índice 2 - FGV.

Fonte: CARVALHO, Maria Auxiliadora de. "Estrutura das Aplicações de Crédito Rural no Brasil em São Paulo". *Informações Econômicas*, 11(2): 29-43, fev. 1981, p. 34-37. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau. Op. cit., p. 172.

De acordo com a legislação, a modalidade de investimentos é dividida em duas grandes categorias: de capital fixo e de semifixo. O primeiro destina-se a financiamentos de grande escala, ou seja, empreendimentos de fixação no imóvel rural, tais como: açudagem, aquisição de máquinas e equipamentos, reforma ou ampliação de benfeitorias, etc. A vida útil dos bens seria de mais de 5 anos. A segunda categoria atribui-se a bens de duração útil, de até 5 anos: aquisição de animais de grande, médio e pequeno portes, de máquinas, implementos, instalações, veículos, etc.

É importante esclarecer que a diminuição dos recursos não prejudicou apenas os produtores, mas comprometeu também o setor agroindustrial, que se associou ao projeto de modernização agrícola desde o seu início. Nesse sentido, o corte de verbas destinado a cada modalidade de crédito atingiu um ramo específico do complexo agroindustrial. Por exemplo, a retração dos recursos

vinculados ao crédito de investimentos, entre 1977 a 79, afetou o segmento industrial situado a montante da agricultura (veículos, tratores, máquinas, equipamentos de beneficiamento, implementos e depósitos de armazenagem). E, com menor intensidade, prejudicou os investimentos ligados à compra de bens de capital ao próprio setor agropecuário (irrigação e açudagem, formação de culturas perenes, de pastagens e melhoramentos na exploração)⁷². No que se refere ao crédito de comercialização, a queda também foi grande. Segundo Miura:

“Este crédito tem como propósito facilitar aos produtores rurais ou suas cooperativas a positiva colocação de seus produtos no mercado. Assim, o mesmo tem uma importância fundamental no processo de comercialização dos produtos agrícolas”⁷³.

Sendo assim, as consequências dessa queda comprometeram para além dos produtores, os interesses agroindustriais situados a jusante do setor agropecuário: linhas de financiamento da política de preços mínimos e de empréstimos para beneficiamento, créditos para agroindústrias de oleaginosas, açúcar, torrefação de café e moagem de trigo, indústrias frigoríficas, de laticínios e a avicultura.

O crédito para custeio da produção, que representa o capital de curto prazo das atividades rurais, foi a última modalidade a sofrer com o esgotamento do crédito farto e barato. A partir disso, as indústrias que abastecem o setor rural com fertilizantes e defensivos químicos, combustíveis, rações e concentrados, sementes e mudas foram diretamente afetadas (observe a tabela 9).

TABELA - 9
CRÉDITO PARA CUSTEIO E PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS INSUMOS MODERNOS (MILHÕES DE CRUZEIROS, 1977)

ESPECIFICAÇÃO	1975		1979		1980	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Crédito de Custeio Rural	79480.1	100.0	104730.3	100.0	113720.0	100.0
AGRÍCOLA	61676.2	77.6	90838.1	86.7	102784.4	90.4
1. Fertilizantes	20693.1	26.0	23445.1	22.4	34886.9	30.7
2. Defensivos	3375.2	4.2	6328.8	6.0	7192.3	6.3
3. Sementes	3141.2	4.0	5325.1	5.1	5757.7	4.9
4. Outros	34466.7	43.4	55739.0	53.2	55047.5	48.4
PECUÁRIA	17803.9	22.4	13892.2	13.3	10936.5	9.6
a. Fertilizantes	600.4	0.8	603.3	0.6	318.9	0.3
b. Defensivos e Medicamentos	709.2	0.9	277.5	0.3	239.0	0.2
c. Sementes e Mudas	141.0	0.2	59.5	0.0	34.1	0.0
d. Rações e Concentrados	2899.5	3.6	3044.7	2.9	3463.4	3.0
e. Outros	13456.8	16.9	9907.2	9.5	6881.1	6.1

Fonte: Banco Central do Brasil. “Crédito Rural – Dados Estatísticos”, vários anos. In: DELGADO, Guilherme da C. Op. cit., p. 90.

⁷² Conferir, Guilherme da Costa Delgado. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965-1985**. Campinas/SP: Ícone/UNICAMP, 1985, p. 80-90.

⁷³ MIURA, Yuko. Op.cit., p.74.

Diante desses fatos, podemos perceber como a política de crédito rural encontrava-se vinculada ao processo de modernização do campo e, principalmente, como o complexo agroindustrial foi beneficiado com o período de expansão dos financiamentos e, conseqüentemente, é atingido pela crise dessa política:

“Desta forma, todo o aparato modernizante e a aliança que o acompanha, entre o setor agroindustrial e os objetivos explícitos da política governamental, na instauração do pacto de modernização conservadora que consegue alterar a base técnica da produção rural, é colocado em xeque a partir de 1980, em virtude notadamente do esgotamento dos recursos do crédito rural”⁷⁴.

Na próxima parte deste trabalho, nos concentraremos na análise dos jornais, observando como as questões relativas ao crédito são abordadas por esses veículos de comunicação e, ao mesmo tempo, relevantes fontes de conhecimento histórico.

⁷⁴ GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Op.cit.*, p. 173.

5- CRÉDITO RURAL NOS JORNAIS TRIBUNA DE MINAS E CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1970-1979: UMA REPRESENTAÇÃO DO REAL

Antes de resgataremos como a política de crédito rural é representada pelos jornais *Tribuna de Minas e Correio de Uberlândia*, gostaríamos de fazer alguns comentários sobre a utilização desses veículos de informação enquanto fonte de conhecimento histórico.

A incorporação de jornais na análise histórica tornou-se possível a partir da mudança na forma de compreender a relação entre o historiador e as fontes documentais a serem utilizadas na produção do conhecimento histórico. A escola dos Annales, constituída em 1929 por historiadores franceses, sendo os seus principais expoentes Lucien Febvre e Marc Bloch⁷⁵, inaugurou a concepção de crítica ao documento. Ou seja, o documento deixou de ser visto segundo a ótica da história positivista do século XIX, como "cópia da realidade", pois para os Annales o conteúdo do mesmo deveria ser questionado e filtrado. Ao lado disso, a História Nova (Annales) ampliou o campo das fontes documentais, já que na perspectiva positivista era aceita somente a documentação escrita e oficial. Os Annales acreditavam numa história baseada na multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, orais, uma fotografia, um filme, uma ferramenta, etc⁷⁶.

Esse tipo de postura crítica frente a documentação mostra-se fundamental para a análise dos jornais, que se constituem enquanto fontes extremamente ricas para a história. Cabe ao historiador o papel de recuperar a historicidade nas páginas desse canal de comunicação, onde "o presente é flagrado e fixado como um momento desvinculado do acontecer"⁷⁷. Diante disso, o historiador deve estabelecer a relação entre os discursos expressos nos jornais e as idéias que circulavam na época, tendo em vista o ideário e a prática política da imprensa:

"Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos"⁷⁸.

É importante compreender que os jornais não reproduzem a realidade de maneira integral e imparcial. Ou seja, a produção do texto jornalístico constitui-se como uma interpretação ou representação do real, formulada em um determinado momento, o qual é influenciado por concepções específicas.

⁷⁵ Fundadores da revista "Annales d'Histoire Économique et Sociale", lançada em Estrasburgo em 1929.

⁷⁶ LE GOFF, Jacques. "A História Nova: Prefácio à Nova Edição". In: Jacques Le Goff (org.), **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 28-29.

⁷⁷ SUZUKI JÚNIOR, Matinas. "A Maquiagem do Mundo". In: **Primeira Página**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1985, p. 10.

⁷⁸ CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p.34.

Segundo Marques de Melo, podemos pensar que os jornais atuam como uma “indústria da consciência” e, dessa forma, comovem grupos, mobilizam comunidades, sensibilizam pessoas, dentro de um contexto de contradições presentes nas sociedades. São, portanto, canais de comunicação que se orientam de acordo com as forças sociais, as quais exercem controle em relação aos mesmos⁷⁹.

Diante disso, devemos recusar a idéia da “objetividade” jornalística naquela acepção de neutralidade, imparcialidade ou assepsia política. A própria seleção das informações a serem divulgadas, isto é, o privilegiamento de certos assuntos e a omissão de outros, reflete o posicionamento político e ideológico da empresa jornalística ou dos seus proprietários:

“...a imparcialidade não passava, e não passa ainda hoje, de mera retórica, sendo usada para preservar o discurso e os interesses do próprio veículo. A neutralidade jornalística é um mito cotidianamente desfeito nas redações, a partir da elaboração da pauta que determina a forma de se buscar os fatos, o conteúdo pretendido e, eventualmente, indica os propósitos da editoria”⁸⁰.

O editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa (do jornal) diante dos fatos mais discutidos no momento. No caso dos jornais pesquisados, podemos dizer que este gênero transmite o posicionamento do dono do jornal ou dos grupos sociais que o mesmo representa, pois esses canais de comunicação são pequenas empresas e, dessa forma, o controle financeiro fica nas mãos do proprietário.

Portanto, analisar um editorial significa perceber as relações de poder presentes no mesmo, isto é, quais os interesses que estão sendo defendidos. Devido à importância desse gênero jornalístico, selecionamos um editorial do *Tribuna de Minas* que aborda a relevância da agropecuária para o desenvolvimento do país ao lado da indústria:

“Não há dúvida que o mundo parte para a industrialização e os países se tornam poderosos na medida em que se industrializam, mas sem que deixem ou menosprezem as atividades agrícolas que são a fonte da sobrevivência do cidadão. Os dois setores devem andar juntos. Mais, um deve ser auxiliar do outro, uma vez que é o setor agrícola que fornece ao homem aquilo que é indispensável para suprir as suas necessidades fundamentais, que é a própria sobrevivência. Os grandes países do mundo só se tornaram grandes porque souberam conciliar estas duas modalidades de atividades”⁸¹.

Não é difícil captar quais as camadas sociais que têm as suas reivindicações representadas por este editorial: as elites agrícolas. Os interesses do setor são reforçadamente defendidos pelos jornais enfocados. Devemos ressaltar que as elites regionais (região do Triângulo Mineiro), constituídas em grande parte pela burguesia rural, exercem grande influência na conquista de verbas e incentivos

⁷⁹ MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1994, p.67.

⁸⁰ LUSTOSA, Elcias. **O Texto da Notícia**. Brasília: Ed. da UNB, 1996, p.22.

⁸¹ “Editorial”, **Tribuna de Minas (TDM)**, 30/11/77, p. 06.

federais para o desenvolvimento de projetos na região. Posto isso, vejamos o seguinte texto publicado pelo *Correio de Uberlândia*:

“Governador de Minas Gerias reconhece trabalho do nosso jornal em favor de sua administração... Recebemos na manhã de ontem, telegrama do Governador de Minas Gerais. Na mensagem dirigida ao nosso Diretor, Aureliano Chaves reconhece nossa cobertura em favor de sua administração”⁸².

Essa matéria estava em destaque na primeira página do jornal. Dessa forma, podemos concluir que o apoio do jornal ao Governo de Aureliano Chaves é explícito e exprime a posição política desse propagador de comunicação. Observemos, ainda, outra matéria do *Correio*:

“A economia brasileira em 1976, será melhor do que muitos estão pensando. A afirmação é do Ministro da Fazenda. Mário Henrique Simonsen firmou que para os exportadores e para os produtores o mercado interno em 1976, deverá ser simplesmente excepcional. Comentou que a indústria de bens de capital teve um aumento de 18% em 1976, terá todas as condições para crescer a uma taxa ainda maior, já que está com plena força a política governamental de substituição das importações. O Ministro da fazenda disse ainda que a construção civil, agricultura e o setor têxtil, também terão este ano um excelente resultado”⁸³.

O jornal não fez nenhum comentário sobre essa declaração do Ministro Mário Henrique Simonsen, ou seja, parece ter acatado todas as afirmações do mesmo. Ao cruzar esse texto divulgado pelo jornal com bibliografias produzidas sobre o governo Geisel e a gestão do Ministro Simonsen, perceberemos que a realidade econômica foi bem diferente:

“A gestão do Ministro Simonsen, por exemplo, esmerou-se na aplicação dos mecanismos tradicionais de compressão da economia: o corte aos créditos públicos (diretos e indiretos). Para tanto, foi liberada a taxa de juros, encarecendo o custo do dinheiro. Resultado: beneficiou-se os grandes banqueiros, enquanto a burguesia industrial (em particular os pequenos e médios empresários) e o setor agrícola eram ‘sacrificados’ pelos juros exorbitantes”⁸⁴.

Em outra reportagem selecionada faz-se referência ao conceito de modernização e, nesse sentido, torna-se relevante para o nosso trabalho que, ao lado da política creditícia, tem por objetivo recuperar partes do processo de modernização do setor rural:

“Modernizar, segundo o pequeno dicionário da língua portuguesa significa: ‘tendência a aceitar inovações; facilidade em adotar idéias e prática modernas ainda não consagradas pelo uso’. Porém, modernizar, é acima de tudo, luta contra a estagnação e luta contra o comodismo. Modernizar é revolucionar, é criar, é mudar hábitos e costumes, é progredir, é desenvolver. Modernizar não é fácil, requer muita luta e esforço, requer boa vontade e espírito empreendedor”⁸⁵.

⁸² “Governador de Minas reconhece trabalho do nosso jornal em favor de sua administração”, *Correio de Uberlândia* (CDU), 19/03/76, p.01.

⁸³ “Economia será melhor do que no ano anterior”, CDU, 07/01/76, p. 06.

⁸⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. Op. cit., p. 90.

⁸⁵ “Encontro modernização SENAC”, TDM, 16/10/76, p. 07.

Esse ideal modernizador é incorporado pelas elites agrárias da região e perpassa toda a sociedade de Uberlândia. Ao lado disso, sabemos que os meios de comunicação de massa, nos quais os jornais se inserem, exercem um grande poder de influência, perante a opinião pública. No geral, as pessoas tendem a absorver as idéias expressas nos jornais como se as mesmas fossem “neutras” e imparciais. Esta situação é ainda mais freqüente, quando o acesso às fontes de informação é restrito, pois impossibilita o confronto entre as diferentes visões de um determinado acontecimento.

Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar mais uma vez que a imprensa foi rigorosamente controlada pelos governos militares, através da censura prévia das matérias ou notícias a serem veiculadas. Nada que pudesse comprometer a imagem do regime podia ser divulgado. No entanto, haviam alguns jornais considerados alternativos, que conseguiam burlar esta censura. Na segunda parte desse trabalho, relatamos que uma das primeiras medidas tomadas por Geisel ao lançar a proposta de distensão política foi o abrandamento da censura prévia à imprensa.

Tendo em vista essas considerações, apresentaremos a seguir algumas das interpretações presentes nos jornais acerca do crédito rural nos anos 70.

5.1 – CRÉDITO RURAL EM EXPANSÃO

Sabemos que houve um aumento dos recursos destinados ao setor agropecuário no pós-64, e que o decréscimo ocorreu somente no final da década de 70. Os jornais pesquisados retratam esta expansão através de um grande número de matérias, sempre enfatizando os aspectos positivos dos financiamentos para o agro-nacional e regional. Diante disso, observemos duas matérias do *Correio de Uberlândia*:

"Aplicação rural que estava em cerca de 35 (sic), passou a atingir a soma de 60.000.000 de cruzeiros. O atendimento às necessidades rurais e comerciais vem crescendo, impulsionando assim, o desenvolvimento em todos os setores. E até 31 de dezembro a meta a ser atingida será de 100 mil cruzeiros"⁸⁶.

As afirmações presentes nessa reportagem referem-se aos recursos creditícios oferecidos pelo Banco do Brasil de Uberlândia aos produtores rurais da região. Os jornais enfocam também os reflexos dos financiamentos no contexto nacional:

"Inegavelmente, as modificações introduzidas na área do crédito agrícola propiciaram à agricultura nacional condições para um rápido desenvolvimento. Os instrumentos de crédito modernizaram-se... O crédito rural tem caráter prioritário, pois objetiva proporcionar os recursos para a comercialização agrícola em tempo preciso e hábil... O fato mais importante que se observa no setor de crédito rural refere-se à recomendação do Banco Central no sentido de que esta linha de crédito não seja utilizada para fins especulativos..."⁸⁷.

⁸⁶ "Banco do Brasil de Uberlândia é o líder do interior mineiro", *CDU*, 07/11/72, p. 03.

⁸⁷ "Opinião: Maiores Recursos à Agricultura", *CDU*, 27/10/72, p. 02.

É importante dizer, que essa reportagem além de tecer elogios ao SNCR, aponta um sério problema ocorrido com as verbas dos financiamentos, isto é, a questão do desvio das mesmas para outros setores e a não aplicação na produção rural. Alguns autores citam vários escândalos de desvios de crédito, durante esse período em que os investimentos governamentais eram abundantes. Ao lado disso, gostaríamos de ressaltar uma matéria do *Tribuna de Minas*, que remete ao fôlego do instrumento creditício apesar da recessão econômica vivenciada pelo país naquele momento:

"O crédito para as atividades agropecuárias em nossa região (Triângulo Mineiro) é abundante e fácil. Os produtores interessados podem apresentar seus programas às agências financeiras, principalmente aos bancos: do Brasil, Crédito Real, Bemge e Caixa Econômica Estadual. Há muito dinheiro para ser aplicado na produção do setor agropecuário. Depois de tudo isso ainda há quem diga que o Brasil está em crise. Não há crise"⁸⁸.

Acreditamos que uma reportagem desse tipo, na qual exalta-se as facilidades para a aquisição de crédito agropecuário na região do Triângulo Mineiro, exposta na primeira página do jornal, deve exercer grande influência sobre os leitores, contribuindo para a propagação da imagem do Triângulo como uma região de prosperidade, que não pode ser atingida por "rumores" de crise.

5.2 – ESTATIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO AGROPECUÁRIO

Como já foi dito anteriormente, o governo com a criação do SNCR tinha por objetivo ampliar a participação dos bancos privados na responsabilidade do financiamento agropecuário, visando aumentar a massa de recursos sem onerar o tesouro. Entretanto, essa proposta não obteve o êxito esperado. A responsabilidade do financiamento recaiu, então, sobre o Banco do Brasil, sobrecarregando as autoridades monetárias, pois a participação dos outros bancos (regionais, estaduais e particulares) foi pequena. Esse processo foi denominado de estatização do crédito rural, por alguns autores. Vejamos como essa questão é abordada pelos jornais:

"Há mais de cinquenta anos, o Banco do Brasil vem prestando seus serviços na área do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ao comércio, a indústria e especialmente a agropecuária de Uberlândia e região. O Banco do Brasil empresa genuinamente brasileira, foi antes e depois da revolução o sustentáculo da economia brasileira, especialmente para nossa região, onde através de financiamentos a todos os setores participa ativamente de todas as realizações que aqui acontecem"⁸⁹.

"Segundo as palavras do secretário Alysson Paulinelli, o Banco do Brasil foi responsável pelo crescimento de 59,5 por cento nas aplicações do crédito agrícola do Estado, dando, com isso, demonstrações que a hora da agricultura mineira já é real"⁹⁰.

⁸⁸ "Crédito ao Produtor Rural", **TDM**, 25/11/75, p. 01.

⁸⁹ "Banco do Brasil presença constante", **TDM**, 13/10/73, p. 08.

⁹⁰ "BB está revolucionando a economia brasileira", **CDU**, 31/07/73, p. 08.

A partir dos recortes selecionados, percebemos a ênfase dada pelos jornais à atuação do Banco do Brasil na região, evidenciando ao mesmo tempo a participação preponderante do mesmo nos empréstimos rurais.

Apesar da atuação do Banco do Brasil ter sido dominante, podemos citar duas outras agências importantes para a afirmação do SNCR no Estado de Minas Gerais e no Triângulo Mineiro: Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

A ACAR foi criada em Minas Gerais em dezembro de 1948, através de um convênio entre a American International Association for Economic and Social Development (AIA) e o governo do Estado de Minas Gerais. Além de ter sido um órgão de distribuição de crédito rural, a ACAR era responsável principalmente pelos serviços de assistência técnica à agricultura.

Normalmente, nas reportagens dos jornais pesquisados, a atuação do BDMG e da ACAR aparece como complementar:

"Recentemente foi firmado importante convênio entre a ACAR e o BDMG. Ficando a primeira responsável pela parte técnica e o segundo pelo fornecimento dos recursos financeiros. Visa este convênio implantar uma programação através de financiamento de todas as atividades da empresa rural, importantes economicamente dentro dela, visando principalmente aumentar a produtividade"⁹¹.

Este convênio estabelecido entre a ACAR e o BDMG visava dar suporte ao Programa de Crédito Integrado e Conservação de Solos, lançado em junho de 72 na cidade de Ituiutaba, o qual foi implantado nos municípios de Capinópolis, Centralina, Ipiaçú, Tupaciguara, Santa Vitória, Monte Alegre de Minas e Ituiutaba. O programa tinha como meta criar condições favoráveis à competitividade dos produtos agrícolas mineiros no mercado internacional. Tecnicamente, o mesmo visava a melhoria do manejo e conservação do solo, a disseminação de novas técnicas de exploração agrícola e a diversificação da produção por propriedade, para reduzir os riscos do empresário rural⁹². Devemos perceber, através dessa matéria, a introdução da idéia de "empresa rural", ou seja, aquela propriedade que adota novas tecnologias e moderniza as relações de produção.

Outras reportagens exploram as atividades desenvolvidas pelo BDMG no campo dos financiamentos agropecuários:

"O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais anunciou ontem que já aplicou, até 1972, Cr\$ 60 milhões no financiamento à pecuária de corte do Estado, dentro de uma programação que visa cobrir o déficit de abastecimento de carne no país, previsto para 1975 entre 350 e 450 mil toneladas, tendo resultados que indicam aumento substancial da produtividade pecuária do Estado"⁹³.

⁹¹ "ACAR-BDMG: Crédito integrado e conservação do solo", **CDU**, 09/06/72, p. 01.

⁹² "Fazendeiros do Alto Paranaíba estão no Triângulo Mineiro", **CDU**, 19/02/73, p. 01.

⁹³ "Pecuária de corte em Minas já recebeu Cr\$ 60 Milhões do BDMG", **CDU**, 15/01/73, p. 01. Cf., ainda, "Indústrias de Capinópolis recebem financiamento", **TDM**, 25/01/72, p. 01.

Dentro desse contexto podemos perceber a relevância conferida pelos jornais a esses dois órgãos, que desempenharam o seu papel enquanto financiadores das atividades rurais, promovendo a modernização dos estabelecimentos agrícolas.

5.3 – PROGRAMAS REGIONAL E NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA: POLOCENTRO, PADAP E PNA

Os programas especiais de desenvolvimento regional, têm o crédito rural como um dos seus principais componentes, por isso é necessário que estudemos alguns dos seus propósitos. Esses programas começaram a ser implantados a partir de 1970, quando foi lançado o PIN, Programa de Integração Nacional. Portanto, o objetivo central dos mesmos era estabelecer uma maior integração entre as diferentes regiões do país. Os investimentos dos Programas eram canalizados para a infra-estrutura e para a criação de linhas especiais de financiamento à atividade agropecuária⁹⁴.

Os jornais pesquisados apresentam várias reportagens sobre o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), analisado na terceira parte deste trabalho, o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) e o PNA (Programa Nacional de Alcool). Dentre os três, o mais citado é o POLOCENTRO, notadamente por incorporar o Triângulo Mineiro. Vejamos como isso aparece:

"O programa de Desenvolvimento dos Cerrados foi criado pelo decreto número 75370 de 29 de Janeiro de 1976, visando incorporar ao processo produtivo da agropecuária nacional no período de 1975 a 1979, uma área de quase quatro milhões de hectares sendo cerca de dois milhões para culturas, mais de um milhão para pecuária e 700 mil para reflorestamento, através de incentivos fiscais. Recursos da ordem de 12 bilhões de Cruzeiros para o triênio 1975/77 foram colocadas a disposição do POLOCENTRO para que seus objetivos fossem plenamente alcançados, sendo que 1,45 bilhões de incentivos governamentais 7203 bilhões para crédito rural e o restante para reflorestamento e 55 milhões para patrulhas mecanizadas... O Triângulo Mineiro orgulha-se de ter implantado o maior projeto do POLOCENTRO no Brasil, no valor de Cr\$ 4.492.500,00 contratado e implantado pela Metalúrgica Rio Industrial, nos municípios de Monte Alegre de Minas e Tupaciguara, com reservas de 700 hectares para cultivo de arroz. A assistência técnica é da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) – escritório Uberlândia"⁹⁵.

As verbas destinadas ao Triângulo pelo programa são enfatizadas em várias matérias, tais como:

⁹⁴ PINTO, Luis C. Guedes. Op. cit., p.296.

⁹⁵ "Polocentro uma realidade em Minas", **CDU**, 23/01/76, p.02. Cf., ainda, "Operações do Polocentro", **TDM**, 18/10/75, p. 01.

“A gerência do Banco do Brasil, agência de Uberlândia, está confirmando a assinatura, nos próximos dias, de mais um projeto do POLOCENTRO em nossa região. Desta feita o benefício será para o município de Monte Alegre de Minas, em favor da fazenda de propriedade do senhor José Lourenço Salgueiro. O montante será de 3 milhões, 690 mil e toda essa verba terá destino ao cultivo de lavouras de soja e café. O Banco do Brasil informa, ainda que este é o quarto projeto que o BB financia em nossa região”⁹⁶.

Outro programa destacado pelos jornais é o PADAP, o qual representou uma das experiências de colonização dirigida, conduzidas pelo setor público em parceria com empresas privadas:

“Representantes do Banco do Brasil e do POLOCENTRO estiveram em São Gotardo, para visitar áreas de produção do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba-PADAP, coordenado pela Secretaria da Agricultura, através da Ruralminas... No PADAP há dois tipos de participantes: os colonos selecionados pela Cotia, cujo número atingiu a noventa, e os produtores locais reincorporados e que aderiram aos planos de produção do programa. O seu número é em torno de 300 e entre eles se verifica uma grande atividade, com a agregação de novas áreas de plantio. Tal como acontece com as colonos da Cotia, têm assistência técnica e de crédito e desenvolvem o seu trabalho segundo técnicas modernas. O PADAP foi projetado para dar utilização social e econômica a terras ociosas desapropriadas pela União nos municípios de São Gotardo, Rio Paranaíba, Ibiá e Campos Altos. O programa será concluído em 1977, ocorrendo até lá um investimento aproximado de 1 bilhão de cruzeiros, na montagem da infra-estrutura e em crédito rural, inclusive o do POLOCENTRO”⁹⁷.

Além desses dois, foi também citado o Programa Nacional do Alcool (PNA), criado em 1975 com a finalidade de estimular o cultivo da cana-de-açúcar para a produção de álcool. Esse álcool seria utilizado como combustível, para a substituição parcial da gasolina nos veículos⁹⁸. Diferentemente dos outros, o PNA tinha como propósito atingir o âmbito nacional, através da abertura de linhas de crédito para subsidiar a produção da cana:

“O Banco Central abriu crédito de Cr\$ 1 bilhão e 500 milhões, para custeio e investimento de lavouras de cana e mandioca voltadas a produção de álcool anidro para uso como combustível. O crédito subsidiado com juros de 7% ao ano, beneficia somente pessoas, empresas ou cooperativas residentes e domiciliadas no País. O regulamento das operações rurais do programa nacional do álcool foi distribuído às instituições de crédito através da circular nº 303 do Banco Central”⁹⁹.

Nessa última citação, podemos perceber que a produção de mandioca também foi favorecida pelo PNA. Por último, é interessante ressaltar a importância dos programas de desenvolvimento agrícola regionais implantados no cerrado mineiro, tendo em vista a expansão da produção da soja e do café. A proposta de se promover uma agricultura empresarial no cerrado, estimulada pelo

⁹⁶ “BB deverá financiar mais um projeto do POLOCENTRO em nossa região”, **CDU**, 11/02/1976, p. 01.

⁹⁷ “Autoridades visitaram e confirmaram o alto índice de produtividade do PADAP no Alto Paranaíba”, **CDU**, 07-08/08/1976, p. 04.

⁹⁸ Conferir, Yuko Miura. Op. cit., p. 39.

⁹⁹ “Conta-gotas: Crédito para a Produção de Alcool”, **CDU**, 07-08/08/1976, p. 04. Cf., ainda, “Apoio a Expansão Açucareira”, **TDM**, 31/12/1976, p. 05.

POLOCENTRO e o PADAP, vai de encontro às novas funções do agro-brasileiro: atender às necessidades do mercado externo e da expansão agroindustrial.

5.4 – MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

Como vimos, a implementação da política de crédito rural foi fundamental para se viabilizar a modernização das técnicas produtivas, mas ao mesmo tempo, o projeto modernizador esteve atrelado aos interesses das indústrias produtoras de insumos e máquinas agrícolas e processadoras de produtos rurais. O poder de pressão desses industriais junto ao governo é muito grande, uma vez que as empresas do setor (máquinas, fertilizantes, defensivos, etc.) são de capital, predominantemente externo. É muito interessante a forma como esta questão aparece nos jornais:

"Você pode exigir tudo da terra. Mas dê algo em troca, além de amor. Dê fertilizantes. Corretivo de Solo. Use sementes e mudas selecionadas. Inseticidas. O Governo oferece crédito fácil, com juros reduzidos, para você adquirir tudo isto... Acaricie a sua terra com um trator... O Governo está convocando os agricultores a ganhar mais dinheiro... Existe o mercado externo, que o Brasil quer inundar, colocando os seus produtos... Plante"¹⁰⁰.

Esta matéria foi extraída de uma propaganda do jornal Correio, que traz uma grande foto de um trator trabalhando a terra. Podemos dizer que o conteúdo da mensagem é bastante apelativo, pois na tentativa de convencer o produtor a adquirir insumos modernos (fertilizantes, sementes selecionadas, inseticidas, trator, etc.), utiliza-se de uma linguagem metafórica na qual a terra transforma-se em "amante" do produtor. Ao lado disso, a mensagem procura seduzir o leitor/produtor em torno das facilidades oferecidas pelo governo (crédito farto e barato) e a possibilidade de se garantir lucros.

É importante acrescentar, ainda, que esse tipo de propaganda carregada de ufanismo pode ser encontrada nos jornais nos primeiros anos da década (principalmente 1970 e 1971), tornando-se menos elaboradas a partir de 1972. Acreditamos que essas mensagens encontravam respaldo no ideário constituído pelas "promessas" do "Milagre Brasileiro", isto é, do país que deu certo e, brevemente, faria parte do primeiro mundo. Observemos uma outra matéria:

"Uma agricultura que responde por 60% das nossas exportações. Merece o aplauso de todos os brasileiros e atenções muito especiais do Governo. Estas atenções vêm sendo dadas a todos os agricultores que estão conscientes de que o ritmo de desenvolvimento do País depende fundamentalmente de uma agricultura nacional, inteligente, forte. Utilize os instrumentos do Governo, através do Banco do Brasil, financiando não só a mecanização da sua lavoura, como a compra de sementes, corretivos, fertilizantes, defensivos, suportes necessários para uma colheita mais abundante, capaz de satisfazer seu interesse e também o de 10 milhões dos brasileiros que precisam de sua produção"¹⁰¹.

¹⁰⁰ "Alimente quem lhe dá alimentos", CDU, 26/07/70, p. 07.

¹⁰¹ "Conta Gotas: Mecanize sua lavoura", CDU, 02-03/10/76, p. 04.

Apesar de se tratar de uma reportagem da segunda metade dos anos 70, o conteúdo assemelha-se ao da mensagem anterior, entretanto, podemos notar uma mudança na linguagem utilizada. Ou seja, aquele "clima de romance" cede espaço para uma linguagem mais objetiva, que remete a dados estatísticos, por exemplo.

5.5 – POLÍTICA DE FINANCIAMENTO PARA O PEQUENO PRODUTOR RURAL

Como já foi dito anteriormente, o crédito rural deveria fortalecer os produtores rurais, dando atenção especial aos pequenos e médios, entretanto, os grandes acabaram sendo os maiores beneficiários desse estímulo. Vejamos como os jornais retratam essa discriminação:

"Reunidos, os membros da Comissão de Crédito Rural da FAEMG (Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais) manifestaram apreensão dos produtores mineiros quanto ao fato de serem os financiamentos, em sua maior parte destinados às empresas rurais ou aos grandes proprietários, em detrimento do pequeno produtor que, em sua lavoura de subsistência, sofre sérias restrições de crédito dentro de sua faixa já pequena de financiamento"¹⁰².

"O deputado Leônidas Sampaio (MDB-RJ) acusou os estabelecimentos oficiais de crédito de adotarem uma política prejudicial aos pequenos agricultores, ao defender a vinculação do crédito à capacidade produtiva e a eliminação do sistema vigente"¹⁰³.

A primeira matéria apresenta uma reivindicação dos produtores mineiros frente a marginalização do pequeno produtor e, ao lado disso, refere-se ao grande montante de financiamentos destinados às "empresas rurais", que ao nosso ver, podem ser tanto as agroindústrias quanto as grandes propriedades rurais. A segunda traz uma crítica de um deputado do Rio de Janeiro e de oposição ao governo, que além de denunciar a precariedade do Sistema de Crédito vigente, mais adiante, remete-se aos desvios dos financiamentos praticados pelos grandes latifundiários, problema já citado nesse trabalho.

Considerando o posicionamento ideológico dos jornais enfocados, isto é, defensores dos interesses das elites rurais da região e, pelo menos até 1977 apoiadores dos governos militares, a divulgação dessas duas reportagens (sendo uma no ano de 74 e a outra em 75), apontando falhas na política agropecuária governamental, parece destoar do conjunto de idéias propagadas até então.

Ao lado disso, os jornais pesquisados citam algumas iniciativas que se empenhavam em facilitar o acesso do pequeno produtor ao financiamento agrícola:

¹⁰² "Financiamento para o pequeno produtor", **CDU**, 04/07/74, p. 04

¹⁰³ "A política dos pequenos produtores", **TDM**, 19/06/75, p. 06

“Objetivando facilitar o acesso do pequeno produtor rural ao crédito especializado, o Banco do Brasil, em reunião de diretoria realizada este mês em Brasília, decidiu dispensar de registro ou inscrição no cartório, as cédulas de crédito rural. A dispensa foi aprovada para as operações de crédito sem opção de venda, e de aquisição de insumos e custeio rural, quando os empréstimos não superam Cr\$ 25 mil. A medida apresenta outro benefício para o produtor: reduz suas despesas financeiras. No ano passado, a diretoria do Banco do Brasil já havia tomado outra providência de apoio ao pequeno produtor, dispensando a garantia real nos financiamentos. Com a aplicação dessas medidas o crédito continua cada vez mais facilitado para o pequeno produtor, proporcionando-lhe a oportunidade de produzir mais e melhor”¹⁰⁴.

Esse tipo de medida é de extrema relevância, embora não se possa afirmar a extensão de comprometimento da mesma, isto é, devemos questionar se essas iniciativas contribuíram para modificar a situação de discriminação vigente no período.

5.6- ESGOTAMENTO DA EXPANSÃO DO CRÉDITO RURAL

Objetivamos, através desta parte, elucidar como os jornais enfocados abordam o esgotamento das verbas destinadas ao financiamento agrícola. Nesse sentido, algumas matérias ressaltam a contenção dos investimentos destinados ao crédito:

"O deputado Sinval Boaventura e Pedro Lauro manifestaram a sua preocupação com as medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda e o Banco Central com vistas à contenção do crédito rural. Segundo o deputado Sinval Boaventura a classe rural está apreensiva pois o setor agropecuário, que tem dado contribuição valiosa para o equilíbrio na balança de pagamentos representa para o país a verdadeira 'galinha dos ovos de ouro'. Desde 1973 observou, em razão das crises internacionais o agropecuarista tem marcado passo. Numa hora em que surgem novos horizontes, principalmente para a pecuária, não pode faltar o crédito para as atividades principais"¹⁰⁵.

"Numa reivindicação das Federações da Agricultura do Estado de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, o litro de leite foi majorado para três cruzeiros e sessenta centavos, e um novo aumento está previsto para o mês de junho. Esta majoração decorre em razão da dificuldade financeira dos produtores que com o corte dos créditos agrícolas e outras dificuldades no setor, pediram ao Conselho Interministerial de Preço para aumentar o preço do leite tipo C, de modo que tivesse alguma compensação"¹⁰⁶.

É interessante observar, que a segunda reportagem destaca algumas conseqüências da diminuição dos financiamentos para os pecuaristas, dentre elas o aumento do preço do leite. Esse aumento certamente afetaria outros setores da sociedade, tais como a elevação dos preços dos produtos derivados do mesmo e, conseqüentemente, pressionaria a política de salários. Portanto, a

¹⁰⁴ "Crédito facilitado", **TDM**, 27/01/76, p. 01. Cf. ainda, "Banco do Brasil beneficia pequeno produtor", **CDU**, 10-11/01/76, p. 01.

¹⁰⁵ "Crédito Rural", **TDM**, 29/06/77, p.05.

¹⁰⁶ "Mais Caro", **TDM**, 16/02/77, p. 06.

crise do crédito não abalaria somente a estrutura do campo, mas atingiria a sociedade como um todo. Uma outra matéria cita o problema do corte dos subsídios para a compra de fertilizantes:

“O corte de cinco por cento nos recursos destinados aos financiamentos rurais, que está sendo anunciado, significa a retirada de circulação de Cr\$ 10.3 bilhões dos meios destinados à agricultura, segundo o presidente da Federação da Agricultura de Minas José Alvares Filho. O dirigente ressaltou que a política de crédito agrícola vem sofrendo modificações gradativas, que começaram com o corte de quarenta por cento nos subsídios que eram concedidos na compra de fertilizantes e essa escalada ‘está deixando temerosos os ruralistas’¹⁰⁷.

Esta questão da retirada dos subsídios para comprar fertilizantes ilustra a análise que fizemos na terceira parte desse trabalho, acerca da queda do crédito para custeio da produção.

Por último, gostaríamos de demonstrar como os produtores rurais mineiros enfrentaram os cortes ao crédito rural, isto é, que tipo de argumentação utilizaram para defender os seus interesses:

“Uma política de crédito rural sustentada é imperativo para a continuidade do desenvolvimento agropecuário, ‘sustenta a tese apresentada pela Federação da Agricultura no encontro regional preparatório da IV Conferência das Classes Produtoras, realizada na Federação do Comércio de Minas. A entidade foi representada no encontro pelo seu presidente, José Alvares Filho. Os ruralistas argumentam que a atual política de desaceleração da economia brasileira conduz, naturalmente, às desativações de grande parte dos maiores projetos agrícolas. Atesta, ainda, a política de abertura de novas fronteiras agrícolas’. Pedem ainda os ruralistas na sua justificativa ao pedido de uma política de crédito rural sustentada, que está aumentando a responsabilidade social da agricultura. De um lado, pela obrigação de manter o grupo social do setor em atividade, de outro cabe aumentar os estoques de alimento do país. ‘Daí a imensa tarefa que cabe a agricultura. Não parar, manter-se de pé e em atividade. Não esmorecer’. Essas são algumas das ponderações dos ruralistas mineiros”¹⁰⁸.

5.7- INVESTIMENTOS NO AGRO- BRASILEIRO

Para nossa surpresa, apesar de existir um certo consenso entre vários autores acerca dos índices negativos de crescimento dos financiamentos agropecuários nos últimos três anos da década de 70, constatamos que os jornais analisados apresentam mais reportagens sobre investimentos destinados às atividades agrícolas, inclusive em relação ao crédito, do que propriamente notícias comentando a diminuição de verbas para o setor:

"O gerente da agência do Banco do Brasil de Uberlândia, voltou a nos afirmar que não existe problema para os financiamentos relacionados a agricultura. Qualquer pedido feito para custeio de lavouras ou aquisição de máquinas e implementos agrícolas, está sendo atendido com urgência urgentíssima e a agência de BB tem excelente verba para o setor”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ "Novos cortes poderá prejudicar a agricultura (sic)", **TDM**, 16/06/77, p. 04.

¹⁰⁸ "Teses da Federação", **TDM**, 15/10/77, p. 03. Cf. ainda, "Secretário adjunto explica alterações feitas nos créditos agrícolas", **CDU**, 12-13/02/77, p. 04.

¹⁰⁹ "No BB Local não há Problema para Financiamentos", **CDU**, 06/10/77, p. 01.

Selecionamos dentre várias outras, uma matéria que ressalta a previsão de aumento do orçamento destinado ao campo para o ano de 1979:

"O orçamento global do Ministério da Agricultura, para o próximo ano, somará recursos da ordem de Cr\$33.745.700 mil, que equi vale a um aumento de 42,85% sobre o orçamento Cr\$23.621.700 mil previsto para esse ano (1978). Essa informação foi divulgada pelo secretário-geral do Ministério, Paulo Romano, que ainda acrescentou que no próximo ano continuará sendo dada prioridade à área tecnológica, dando-se ênfase à modernização dos sistemas de comercialização e aos programas de incentivo ao produtor de baixa renda"¹¹⁰.

Ao lado da perspectiva de crescimento dos recursos, o jornal aponta uma iniciativa de comprometimento do Ministério em apoiar os pequenos produtores. Podemos observar portanto, que até o final do Governo Geisel, com exceção das matérias divulgadas no ano de 1977, os jornais parecem não retratar o quadro de diminuição dos investimentos voltados para a política creditícia e, à agropecuária como um todo.

Em termos de análise geral, percebemos a divulgação de algumas reportagens sobre a questão da democracia tendo como referência a proposta de abertura política, lançada por Geisel no início da sua gestão, e alguns artigos que assumem uma postura crítica em relação ao modelo autoritário implantado pelos militares (principalmente nos anos de 78 e 79)¹¹¹.

Para finalizar esta parte do trabalho, gostaríamos de dizer que tivemos por objetivo analisar alguns aspectos do crédito rural representados pelas nossas fontes documentais, os jornais *Tribuna de Minas* e *Correio de Uberlândia*, destacando, as interpretações dadas por esses canais de comunicação aos financiamentos agropecuários. Dessa maneira, percebemos alguns dos desdobramentos da política creditícia, implementada nacionalmente, na região do Triângulo Mineiro e na cidade de Uberlândia. A seguir faremos algumas observações finais, a título de conclusão do nosso trabalho.

¹¹⁰ "Maiores Recursos para a Agricultura em 1979", **CDU**, 16-17/12/78, p. 05.

¹¹¹ Cf., por exemplo, DAL CIN, Ogeni L. "Democracia Responsável", **CDU**, 13/06/78, p. 05. CAMPOS, Antônio C. de Moura. "Uma Gota de Política-Democracia: O Ideal e a Prática", **CDU**, 29/03/78, p. 04.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração desse trabalho, procuramos atingir alguns objetivos: expor o nosso referencial teórico-metodológico, recuperar parte do contexto político, econômico e social vivenciado pela sociedade brasileira nos anos 70, elucidar o papel do Estado como agente modernizador do agro-nacional, resgatar e analisar alguns aspectos fundamentais da política de crédito rural (histórico, institucionalização, distribuição dos recursos, etc.) e perceber quais os reflexos dessa política implementada nacionalmente, no agro-regional e local, tendo como principal referência os jornais *Tribuna de Minas* e *Correio de Uberlândia* enquanto fonte de conhecimento histórico.

No que se refere à contextualização dos anos 70, esperamos ter esclarecido a instauração do regime autoritário desde 1964, responsável pela garantia das condições favoráveis à nova fase de acumulação capitalista. Ou seja, o pacto de desenvolvimento selado entre a burguesia nacional, o Estado e o capital internacional exigia medidas de força, tais como: o esmagamento dos movimentos sociais e a derrubada das barreiras econômicas e políticas. Ao lado disso, procuramos desvelar as contradições implícitas no modelo de desenvolvimento econômico adotado, as quais começam a ser identificadas a partir da crise do "Milagre Brasileiro".

O governo Geisel, foi muito importante, tanto nas suas implicações políticas (proposta de abertura) quanto econômicas (II PND, substituição do setor de acumulação de bens de consumo duráveis para priorizar o de bens de produção e estratégia de substituição de importações). Devemos esclarecer, ainda, que o levantamento da situação vivenciada pela sociedade brasileira nesse período encontra-se vinculado a nossa preocupação em compreender as medidas governamentais implantadas no campo, especialmente no que tange ao desenvolvimento do sistema de financiamento rural.

Ao lado disso, nos dedicamos à tarefa de destacar o conjunto de medidas adotadas pelos presidentes Médici e Geisel junto ao setor agrícola, refletidas nos planos de governo elaborados no momento histórico analisado. Dentro desse contexto, enfatizamos o papel desempenhado pelo Estado como principal agente modernizador da agropecuária nacional, visando inserir o setor no novo circuito produtivo comandado pelo segmento agroindustrial. Fizemos, também, alguns comentários sobre o processo de ocupação dos cerrados, justificado nos discursos governamentais como um solo inaproveitado até então, e que poderia alcançar um padrão de produtividade somente com grande uso de insumos e máquinas. Podemos confirmar dessa forma, como esse discurso vai de encontro ao projeto modernizador, associado ao complexo agroindustrial. Constatamos, ainda, um privilegiamento da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba pelos projetos e investimentos federais.

Após termos resgatado os fatores mencionados acima, relevantes para a análise da política creditícia, nos debruçamos de fato sobre o nosso objeto de estudo, isto é, o crédito rural. A título de introdução da

temática, fizemos um breve histórico sobre a trajetória dos financiamentos agropecuários no Brasil desde o "descobrimento", com a intenção de focar as diferenças estabelecidas a partir da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, notadamente, a expansão dos recursos destinados ao crédito, assim como, dos contratos realizados com os produtores. Não poderíamos deixar de denunciar os problemas e críticas apontados em relação a este instrumento de apoio à agricultura, especialmente no que tange à distribuição desigual do mesmo.

Posto isso, partimos para a análise dos jornais, estabelecendo uma discussão sobre o posicionamento da história/historiador frente a utilização desses canais de comunicação enquanto fonte de produção do conhecimento histórico. Em seguida, nos voltamos para as interpretações presentes nos jornais pesquisados acerca da política creditícia. Acreditamos que a recuperação dos desdobramentos do financiamento agrícola através da representação dessas fontes confere uma certa originalidade ao nosso trabalho, que busca ampliar o leque de interpretações acerca das transformações ocorridas nos agros-nacional, regional e local, no período recortado.

O período posterior aos anos 70, apresenta modificações significativas no padrão de desenvolvimento nacional, refletindo na dinâmica do setor agrícola. Nos anos 80, o êxodo rural continuou intenso, entretanto, não atingiu os mesmos percentuais da década anterior. Houve uma redução no ritmo da modernização conservadora no campo, as verbas destinadas ao crédito rural decaíram em relação aos anos anteriores que, como já foi dito, registraram altos índices de crescimento econômico.

Alguns autores afirmam que a partir dos anos 90, o agro assume novas funções, ou seja, além da atividade agrícola representa, atualmente, um local de moradia, de lazer, de emprego para pessoas ocupadas em setores desvinculados da produção agrícola. É importante acrescentar, ainda, que a desigualdade na distribuição de renda aumentou nos anos 80 e 90. Graziano chama a nossa atenção para alguns dados relevantes: os pobres do campo necessitavam de um aumento de 45% na sua renda para deixarem de ser considerados pobres em 1981, já em 1990, o crescimento deveria ser de 78%¹¹². Certas evidências, nos fazem acreditar que os miseráveis do setor rural nos anos 90 são, na sua grande maioria, trabalhadores temporários e pequenos produtores não-modernizados. No entanto, acreditamos que poderemos aprofundar estas e outras questões num próximo trabalho.

Por fim, esperamos estar oferecendo alguma contribuição para o aprofundamento das discussões em torno da problemática rural, mais particularmente, em relação aos financiamentos agropecuários. Além disso, gostaríamos que esse trabalho viesse a estimular o interesse de outros

¹¹² GRAZIANO DA SILVA, José. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1996, p.184

pesquisadores por temáticas voltadas para o campo. Dessa forma, talvez, pudéssemos encontrar algumas "saídas" para os graves problemas que atingem o setor e todo o restante do país.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Marcelo de Paiva (Organizador). **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1992.
- ACCARINI, José H.. **Economia Rural e Desenvolvimento**, Petrópolis, Editora Vozes, 1987.
- ALBUQUERQUE, Marco C. Cavalcanti de. **Economia Agrícola: O Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira**, São Paulo, McGraw-Hill, 1987.
- ALMEIDA FILHO, N., FRANCIS, D. G., FERNANDES FILHO, J. F. e FREITAS, P. C. R. de. **O Processo de Industrialização da Agricultura e a Dinâmica Recente da Agroindústria no Triângulo Mineiro, 1960-1980**. Uberlândia, Departamento de Economia, 1988, p. 52.
- CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton L.. **Legislação Agrária**, São Paulo, Ed. Atlas, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**, São Paulo, Ed. USP, 2ª Edição, 1988.
- CAPELATO, Maria H. e PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia, O Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1980.
- CASTRO, Maria Céres e VAZ, Paulo B. (org.). **Folhas do Tempo: Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte, 1885-1926**. Belo Horizonte: UFMG/Associação Mineira de Imprensa, 1997.
- CIDADE DE ARAÚJO, Paulo F. e SCHUH, G. Edward. **Desenvolvimento da Agricultura - Estudos de Casos**, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975-1983.
- CONTADOR, Cláudio R.. **Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola**, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.
- CONTIER, Arnaldo D. **Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842**. Petrópolis/Campinas: Vozes/UNICAMP, 1979.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo/Campinas, Ícone/UNICAMP, 1985.
- DINES, Alberto. **O Papel do Jornal: Uma Leitura**. São Paulo: Summus, 1986.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. "Questão da Terra e Modernização da Agricultura". In: **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, UFU, nº 10, jan/jun 1994, pp.81/107.
- _____. **Estado e Agricultura no Brasil: Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira, 1960-1980**. São Paulo, Ed. HUCITEC, 1997.
- GOUBERT, Pierre. "História Local". In: **Revista História & Perspectivas**. Uberlândia, UFU, nº 6, 1992, pp. 45/57.

- KAGEYAMA, A. (coord.), BUAINAIN, A. M. e outros. "O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais". In: Guilherme C. DELGADO, José G. GASQUES e Carlos M. VILLA VERDE (org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1996.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O Problema da Imprensa**. São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 1997.
- LINHARES, Maria Yedda (Organizadora). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1990.
- LUSTOSA, Elcias. **O Texto da Notícia**. Brasília: Ed. da UNB, 1996.
- MARTINS, Carlos Estevan. **Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Editora Pioneira, 1975.
- MELO, Fernando B. de. **O Problema Alimentar no Brasil: A Importância dos Desequilíbrios Tecnológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. "A Agricultura dos Anos 80: Perspectiva e Conflitos entre Objetivos de Política", **Estudos Econômicos**, 10(2): 57-101, mai./ago., 1980.
- MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis/RJ, Editora Vozes, 1994.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R.. "Política e Desenvolvimento Agrícola no Brasil". In: **Ensaio sobre Política Agrícola Brasileira**, São Paulo, Secretária da Agricultura, 1979, pp. 09/35.
- MENDONÇA, Sônia Regina. "Estado e Economia no Pós-64". In: **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989.
- MYURA, Yuko. **Análise e Crítica da Política de Estímulos à Agricultura**. São Paulo, FEA/USP, 1983 (Dissertação de Mestrado).
- NICHOLLS, William H. e PAIVA, Ruy Miller. "Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira", in: **Revista Brasileira de Economia**, jun. 1965, 19 (2): 5/27.
- NÓBREGA, Mailson Ferreira da. **Desafios da Política Agrícola**. Gazeta Mercantil S.A., Editora Jornalística, 1985.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas/SP: Papirus, 1994.
- OLIVEIRA, Maria Rosa D. de. **João Goulart na Imprensa: De Personalidade à Personagem**. São Paulo: ANNABLUME, 1993.
- PAIVA, Ruy Miller. **A Agricultura no Desenvolvimento Econômico: Suas Limitações como Fator Dinâmico**, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

- PAULILLO, M. I. S. **Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos**. Florianópolis, UFSC, 1990.
- PINTO, Luís Carlos Guedes. **Notas sobre a Política de Crédito Rural**. Campinas, Instituto e Economia da Unicamp, 1980.
- RODRIGUES, Jane de Fátima S.. "História e Memória Local: Desafios e Perspectivas". In: **Boletim do CDHIS/UFU**. Uberlândia, UFU, nº 16, 2º semestre de 1996.
- SADER, Eder e GARCIA, M. Aurélio. "Do Populismo ao Militarismo". In: Sader, Eder. **Um Rumor de Botas. A Militarização do Estado na América Latina**. São Paulo, Ed. Pólis, 1982.
- SAYAD, João. **Crédito Rural no Brasil – Avaliação das Críticas e das Propostas de Reforma**. São Paulo, FIPE/Pioneira, 1984.
- SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa – Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- _____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**, Campinas, UNICAMP I. E., 1996.
- SILVA, Marcos A. da (Coord.). SILVA, Vera A. C. "Regionalismo: o Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Marco Zero/ ANPUH, 1990, pp. 43/49.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 4ª Edição, 1991.
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Herminia T. (org.). "De Castello a Figueiredo: uma Incursão na Pré-História da 'Abertura' ". In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do Café**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- STEPAN, Alfred. **Os Militantes: Da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SUZUKI JÚNIOR, Matinas. "A Maquiagem do Mundo". In: **Primeira Página**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1985.